

ESCOLA NAVAL

Edital 14/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
14/2026	762400-ESCOLA NAVAL	BRUNO GOMES DE CARVALHO	05/05/2026 08:34 (v 0.5)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		63099.001943/2026-75

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

14/2026

CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

762400

OBJETO

Registro de preços para Contratação de serviços comuns de lavanderia, incluindo transporte, pesagem, lavagem, calandragem, higienização, secagem, alvejamento, passar embalagem e entrega de uniformes, roupas de cama, mesa e banho não hospitalar, da Escola Naval

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ R\$ 286.740,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Em acordo ao Previsto no PNCP

Critério de Julgamento:

Menor preço

Modo de disputa:

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



ESCOLA NAVAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026
(Processo Administrativo nº 63099.001943/2026-75)

Torna-se público que a Escola Naval, Organização Militar da Marinha do Brasil, por meio de sua Seção de Licitações e Contratos, sediada na Avenida Almirante Sylvio de Noronha, s/n, Castelo, CEP 20.021-010, Rio de Janeiro/RJ, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de lavanderia industrial, compreendendo coleta, transporte, pesagem, lavagem, higienização, alvejamento, desinfecção, secagem, passagem, embalagem e devolução de uniformes, roupas de cama, mesa e banho pertencentes à Escola Naval, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência.

1.2. A licitação será realizada em item único, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.3. Em caso de divergência no Catmat, prevalecem as descrições do item conforme planilha anexa ao TR.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021. Caso adotada Ata de Registro de Preços, sua vigência e eventual prorrogação observarão o art. 84 da Lei nº 14.133/2021, o art. 22 do Decreto nº 11.462/2023 e o Parecer Referencial n. 00004/2025/DISEMEX/SCGP/CGU/AGU.

1.5 Os itens que por ventura estejam taxados ou retirados deste edital ou seus anexos são aqueles que não se aplicam ao objeto deste certame.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores — SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, e do Decreto nº 8.538, de 2015, aplicando-se o benefício do empate ficto previsto nos arts. 44 e 45 da referida Lei Complementar.

3.6.1. O Microempreendedor Individual — MEI poderá participar desta licitação, desde que comprove capacidade de execução compatível com o objeto. Contudo, alerta-se que o valor estimado do contrato (R\$ 286.740,00) é superior ao limite de receita bruta anual do MEI (R\$ 81.000,00), o que poderá configurar incompatibilidade operacional e econômico-financeira com o objeto licitado, nos termos do art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público — OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Sociedades cooperativas, tendo em vista que a natureza do objeto exige estrutura operacional empresarial padrão, equipamentos próprios e logística centralizada para garantia da higiene e do fluxo contínuo de processamento, sendo o modelo cooperativado incompatível com a unidade de comando e a responsabilização direta por perdas ou danos inerentes à execução, nos termos do art. 15, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021, c/c item 4.21 do Estudo Técnico Preliminar nº 33/2026;

3.7.12. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, por se tratar de objeto comum de lavanderia, de baixa complexidade técnica e operacional, com ampla oferta no mercado por empresas individuais, não se justificando a conjugação de capacidades técnicas ou econômicas que uma empresa isolada não possa prover, nos termos do art. 15, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021, c/c item 4.20 do Estudo Técnico Preliminar nº 33/2026;

3.7.13. Pessoas físicas, tendo em vista que a execução do objeto exige estrutura empresarial com instalações industriais próprias, licença sanitária emitida por órgão de Vigilância Sanitária competente e veículos adaptados para transporte de roupas, requisitos incompatíveis com a atuação de pessoa física, nos termos do art. 67, IV, da Lei nº 14.133, de 2021, c/c art. 4º da RDC ANVISA nº 6/2012.

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

~~5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.~~

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

~~5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.~~

~~5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.~~

~~5.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 e art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º A e 9º B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.~~

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

~~5.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;~~

5.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrito como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações;

5.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8. A falsidade das declarações de que tratam os itens 5.4, 5.5 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

~~**5.13.1.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.~~

5.14. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário por quilograma (R\$/kg) e valor total anual estimado;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo previsto no quadro do Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, incluindo transporte, coleta, processamento, higienização, acondicionamento e devolução das peças.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, desde que a atividade de lavanderia industrial não esteja vedada pelo art. 17 da Lei Complementar nº 123, de 2006, devendo o licitante verificar seu enquadramento antes da apresentação da proposta.

6.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário por quilograma (R\$/kg).

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O modo de disputa adotado para o envio de lances na licitação será o "aberto", com licitantes apresentando lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.10.3. Não havendo novos lances, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

7.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.10.5. Após o reinício previsto no item anterior, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

~~7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto e fechado"...~~

~~7.11.1 a 7.11.5.~~

~~7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "fechado e aberto"...~~

~~7.12.1 a 7.12.7.~~

7.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

~~7.17. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~7.17.1 e 7.17.2.~~

7.17. Em relação ao item não exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, para fins de aplicação do disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.17.1. O parâmetro para o empate ficto consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar.

7.17.2. As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.17.3. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.17.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito.

7.17.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.17.6. A obtenção do benefício fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.19.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.19.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

~~7.20.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante...~~

7.20.1. empresas brasileiras;

7.20.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

~~7.22.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo...~~

7.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.22.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.22.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.22.5.1 É dever de todas as licitantes a plena leitura do instrumento convocatório e de seus anexos antes da sessão pública, sendo a fase de divulgação do edital o momento próprio para sanar dúvidas e apresentar questionamentos, nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133, de 2021, e do art. 16 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 2022. Incumbe a cada licitante, com antecedência suficiente, promover a organização, separação e preparo de sua documentação e proposta para envio tempestivo ao sistema eletrônico, sendo de sua exclusiva responsabilidade os ônus decorrentes da inobservância desse dever, sem prejuízo da faculdade prevista em estrita análise.

7.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf; 8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS; 8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP; e 8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

~~8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.~~

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. conter vícios insanáveis;

8.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação

8.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências ou chamada em chat, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11.1. Do demonstrativo de exequibilidade a ser apresentado quando solicitado:

I — nota fiscal de serviço com emissão de até 3 (três) meses anteriores à diligência, demonstrando preço compatível com o ofertado (elemento central, com prevalência sobre os demais);

II — planilha detalhada de custos (caráter complementar, insuficiente como prova isolada);

III — memorial descritivo dos métodos e processos de execução.

IV — Ou ainda aqueles passíveis de análise e rastreio do vulto ofertado.

8.11.2. A convocação em chat para apresentação de documentos de exequibilidade pelo Pregoeiro tem força de diligência formal. A não apresentação dos documentos no prazo estipulado implicará desclassificação automática da proposta, nos termos do art. 59, III, da Lei nº 14.133/2021, sem possibilidade de nova diligência para o mesmo item no mesmo certame.

8.11.3. É de inteira responsabilidade do licitante a leitura atenta do Edital e seus anexos, sendo presumido o conhecimento das regras de exequibilidade neles estabelecidas.

~~8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.~~

~~8.12.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia... 8.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável... 8.12.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência... 8.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas... 8.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada...~~

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

~~8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.~~

~~8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.~~

~~8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.~~

~~8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.~~

~~8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.~~

~~8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado...~~

~~8.21. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.~~

~~8.22. O pregoeiro realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração...~~

8.23. O pregoeiro concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes...

8.24. O pregoeiro deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços...

8.25. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores superiores...

8.26. DA VERIFICAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA EM ACORDO AO GUIA NACIONAL SUSTENTÁVEL

8.26.1. As licitantes deverão encaminhar, juntamente com suas propostas, os documentos necessários à comprovação do cumprimento das especificações sustentáveis do objeto, conforme exigências previstas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU e demais normas aplicáveis, sob pena de não aceitação da proposta.

8.26.2. Como condição para a aceitação da proposta, a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá apresentar declaração com a descrição do detergente em pó que pretende utilizar na execução dos serviços, indicando a marca e o fabricante, bem como as comprovações exigidas em relação a tais produtos.

8.26.3. O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie, juntamente com a proposta, sob pena de não aceitação:

8.26.3.1. comprovação de que a composição do detergente em pó a ser utilizado na prestação dos serviços respeita os limites de concentração máxima de fósforo admitidos na Resolução CONAMA nº 359, de 29 de abril de 2005, e legislação correlata; e

8.26.3.2. documento comprobatório da notificação ou registro do produto na ANVISA, conforme legislação vigente, notadamente a Lei Federal nº 6.360, de 1976, o Decreto nº 8.077, de 2013, a RDC ANVISA nº 40, de 2008, e a RDC ANVISA nº 59, de 2010.

8.26.4. Para os produtos cujos respectivos fabricantes desenvolvem atividades listadas no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15 de março de 2013, e que são obrigados ao registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, deverá ser apresentado o Comprovante de Registro do fabricante no referido Cadastro Técnico Federal — Categoria: Indústria Química; Código: 15-13; Descrição: Fabricação de sabões, detergentes e velas — acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 2013, e legislação correlata.

8.26.4.1. A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on-line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo.

8.26.5. As exigências previstas nos itens 8.26.3 e 8.26.4 referem-se ao fabricante do produto a ser utilizado pelo licitante na prestação do serviço, e não ao próprio licitante. Deverá o licitante diligenciar para a obtenção dos documentos comprobatórios do registro no CTF/APP-IBAMA e do respectivo Certificado de Regularidade do fabricante do produto ofertado, sob pena de não aceitação da proposta.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

~~9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.~~

~~9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.~~

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou cópia

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (Duas) Horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (Duas) horas, para:

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja

- assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;
- b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou
- c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação, nos termos do art. 6º-A da Lei nº 10.522/2002, incluído pela Lei nº 14.973/2024.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Será formalizada 01 (uma) Ata de Registro de Preços para o registro do item constante no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do item, a respectiva quantidade, o preço registrado e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação do fornecedor, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, e poderá ser prorrogado, por igual período, mediante celebração de termo aditivo dentro do prazo de vigência, desde que comprovada a manutenção do preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 22 do Decreto nº 11.462/2023.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado, nos termos do Parecer Referencial nº 00004/2025/DISEMEX/SCGP/CGU/AGU e do art. 22 do Decreto nº 11.462/2023.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico.

https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 10% (dez por cento) do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União Federal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e

14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à União Federal.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e do contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: en. licitacao@marinha.mil.br

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.marinha.mil.br/licitacoes-e-contratos>

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Anexo II – Termo de Contrato;

16.11.3. Anexo III – Ata de Registro de Preços;

16.11.4. Anexo IV – Modelo de Proposta de preços;

16.11.5. Anexo V – Modelo de planilha de formação de preços ;

16.11.6. Anexo VI – Instrumento de medição de Resultados (IMR);

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Autorizo o presente Edital e seus anexos, estando em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, por força de Portaria anexa ao processo, mediante delegação.

VICTOR DA SILVA SCOTELLARO

Autoridade competente

ESCOLA NAVAL

Termo de Referência 20/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
20/2026	762400-ESCOLA NAVAL	BRUNO GOMES DE CARVALHO	04/05/2026 16:15 (v 0.8)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		63099.001943/2026-75

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços comuns de lavanderia, incluindo transporte, pesagem, lavagem, calandragem, higienização, secagem, alvejamento, passar embalagem e entrega de uniformes, roupas de cama, mesa e banho não hospitalar, da Escola Naval, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UF	QTD	VL.MÉDIO UNITÁRIO	QTD. MÍNIMA ANUAL	QTD. MÁXIMA ANUAL	VALOR TOTAL
1	Prestação eventual de serviços comuns de lavanderia, incluindo transporte, pesagem, lavagem, calandragem, higienização, secagem, alvejamento, p a s s a r e embalagem e entrega de uniformes, roupas de cama, mesa e banho não hospitalar, com coletas e entregas em horários preestabelecidos pela unidade.	19542	KG	28.674	R\$ 10,00	2800	28.674	R\$ 286.740,00

1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar — ETP nº 762400-000033-2026.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário, nos termos do art. 6º, inciso XXVIII, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021.

1.4.1. Será considerada a proposta mais vantajosa a que ofertar o menor valor unitário dos itens e global dos serviços a serem oferecidos pela contratada.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021. Caso adotada Ata de Registro de Preços, sua vigência e eventual prorrogação observarão o art. 84 da Lei nº 14.133/2021, o art. 22 do Decreto nº 11.462/2023 e o Parecer Referencial n. 00004/2025/DISEMEX/SCGP/CGU /AGU.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação fundamenta-se no Estudo Técnico Preliminar nº ETP_762400-000033-2026, ao qual se remete para a integralidade das justificativas técnicas, mercadológicas e de gestão que embasam este processo.

2.1.1. A necessidade decorre da demanda permanente e ininterrupta da Escola Naval pela higienização de uniformes militares, roupas de cama, mesa e banho, utilizados por alunos, militares e servidores em regime de internato e serviço contínuo.

2.1.1.1. A ausência de contratação regular compromete diretamente as condições de salubridade, higiene coletiva e dignidade dos usuários, configurando risco à saúde pública no âmbito da Organização Militar.

2.2. Trata-se de serviço de natureza contínua, de caráter rotineiro, indispensável à manutenção das atividades institucionais da Escola Naval.

2.2.1. O processo está alinhado ao Documento de Formalização da Demanda (DFD nº 762400-000063-2026) e ao PAR — Código COMP-4

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, item 6 apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

4.1.1. Os critérios e práticas de sustentabilidade aplicáveis à presente contratação encontram-se detalhados no ETP nº 762400-000033-2026, itens 4.18 e 14, aos quais se remete integralmente, em especial quanto às exigências relativas à ANVISA, CONAMA, IBAMA e Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (AGU).

4.1.2. A contratada deverá observar a Resolução RDC nº 6/2012 – ANVISA, que dispõe sobre as boas práticas de funcionamento para unidades de processamento de roupas, incluindo:

4.1.2.1. Profissional responsável pela coordenação das atividades, nos termos do art. 13 da RDC nº 6/2012;

4.1.2.2. Capacitação prévia e permanente em segurança e saúde ocupacional dos profissionais envolvidos, conforme art. 12 da RDC nº 6/2012;

4.1.2.3. Equipamentos e produtos saneantes regularizados junto à ANVISA, conforme art. 9º da RDC nº 6/2012.

4.1.3. O processamento das roupas abrangerá todas as etapas descritas no Manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde – ANVISA, compreendendo: retirada, transporte, recebimento, pesagem, separação, lavagem, centrifugação, secagem, calandragem, dobra, embalagem e devolução.

4.1.4. A contratada deverá observar a Lei nº 9.782/1999 e a Lei nº 6.437/1977, que disciplinam infrações à legislação sanitária federal.

4.1.5. Utilizar produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA, adotando medidas para evitar o desperdício de água tratada e observando a Resolução CONAMA nº 20/1994 quanto a equipamentos que gerem ruído.

4.1.6. A contratada deverá realizar programas internos de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, água e produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

4.1.7. Deverá ser realizada a separação dos resíduos recicláveis e sua destinação adequada, nos termos do Decreto nº 5.940/2006, e respeitadas as Normas Brasileiras – NBR da ABNT sobre resíduos sólidos.

4.1.8. Quanto aos insumos empregados na execução do serviço:

4.1.8.1. O detergente em pó utilizado deverá respeitar os limites de concentração máxima de fósforo admitidos na Resolução CONAMA nº 359/2005;

4.1.8.2. Os produtos utilizados deverão estar previamente notificados/registrados na ANVISA, conforme Lei nº 6.360/1976, Decreto nº 8.077/2013, RDC ANVISA nº 40/2008 e RDC ANVISA nº 59/2010;

4.1.8.3. O fabricante dos produtos deverá estar regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras do IBAMA (FTE Categoria: Indústria Química; Código: 15-13), nos termos do art. 17, II, da Lei nº 6.938/1981 e da IN IBAMA nº 6/2013.

4.2. Subcontratação

4.2.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista a natureza unitária e indissociável do serviço, conforme fundamentado no ETP nº 762400-000033-2026, item 9.

4.3. Garantia da Contratação

4.3.1. Não será exigida garantia de execução contratual, tendo em vista a natureza do objeto — serviço comum de lavanderia, sem dedicação exclusiva de mão de obra, de baixa complexidade técnica e operacional, com ampla oferta no mercado, não se verificando risco que justifique o ônus adicional ao certame.

4.4. Vistoria

4.4.1. Não há necessidade de avaliação prévia do local de execução dos serviços, tendo em vista que a prestação ocorrerá nas dependências da contratada, conforme ETP nº 762400-000033-2026, item 13.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato;

5.1.2. As roupas de cama, mesa, banho, bandeiras, uniformes e demais materiais, objeto do certame, deverão ser retiradas e devolvidas pela contratada na Escola Naval, às terças e quintas-feiras no período da manhã, preferencialmente das 09:30 às 11:45 horas. Em caso de feriado ou dia sem expediente, as roupas deverão ser apanhadas e/ou devolvidas no primeiro dia útil seguinte;

5.1.3. A prestação de serviços de lavanderia realizar-se-á nas dependências da contratada, onde a roupa /vestuário será processada, para que, posteriormente, seja entregue conforme padrões definidos pela contratante;

5.1.4. A prestação de serviços de lavanderia envolverá o processamento de roupas e tecidos em geral em todas as suas etapas, desde seu recolhimento até seu retorno em ideais condições de uso, sob situações higiênico-sanitárias adequadas, em conformidade com a Resolução RDC ANVISA nº 6, de 30 de janeiro de 2012, que dispõe sobre as Boas Práticas de Funcionamento para as Unidades de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde, compreendendo:

5.1.4.1. A retirada/entrega da roupa/vestuário a ser lavada(o), no local estabelecido pela contratante;

5.1.4.2. O transporte da roupa/vestuário a ser lavada(o) para as dependências da contratada, efetuado em veículo apropriado, com área de carga isolada da área do motorista, conforme art. 21, §1º, da RDC ANVISA nº 6/2012;

5.1.4.3. O recebimento e acondicionamento da roupa/vestuário a ser lavada(o) nas dependências da lavanderia da contratada;

5.1.4.4. A lavagem da roupa/vestuário suja(o);

5.1.4.5. A secagem e calandragem da roupa/vestuário limpa(o);

5.1.4.6. Passar, separar e proceder à embalagem da roupa/vestuário limpa(o) em saco plástico transparente;

5.1.4.7. O transporte da roupa/vestuário limpa(o), separado da roupa suja, conforme art. 20 da RDC ANVISA nº 6/2012;

5.1.4.8. A entrega da roupa/vestuário limpa(o) no local de sua retirada; e

5.1.4.9. Executar os serviços utilizando produtos específicos que não causem danos às peças a serem lavadas e/ou aos seus usuários, regularizados junto à ANVISA, nos termos do art. 9º da RDC ANVISA nº 6/2012.

5.1.5. A retirada de roupa/vestuário para lavagem na Organização Militar deverá ser realizada por funcionários da contratada, devidamente treinados, uniformizados e equipados com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI determinados pela legislação vigente, em especial a Norma Regulamentadora nº 6 (NR-6), aprovada pela Portaria MTE nº 3.214, de 8 de junho de 1978, e suas atualizações:

5.1.5.1. O controle da roupa/vestuário a ser lavada será efetuado pelo(s) funcionário(s) designado(s) pela contratante, em conjunto com o(s) funcionário(s) designado(s) pela contratada;

5.1.5.2. Quando do recolhimento no local de coleta, a contratada deverá expedir "comanda" ou outro formulário próprio, contendo a descrição/quantitativo ou pesagem da roupa (lençol, fronha, entre outros) a ser lavada, sendo vedada a quantificação por contagem da roupa suja, nos termos do art. 19 da RDC ANVISA nº 6/2012;

5.1.5.3. Deverá ser conferida, na presença do responsável pelo recebimento, se o serviço foi executado de forma conveniente, considerando o aspecto de limpeza das peças submetidas à lavagem, refazendo o serviço sem prejuízo ao contratante, caso necessário; e

5.1.5.4. Substituir, em até 7 (sete) dias corridos, a contar da data de recebimento, as peças que porventura tenham sofrido algum dano na execução da lavagem, sendo a contratada responsável pelo ressarcimento do valor de mercado da peça, caso a substituição não seja possível, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

5.1.6. Transporte da roupa a ser lavada para as dependências da contratada:

5.1.6.1. O transporte da roupa/vestuário a ser lavada, das dependências da contratante até as dependências da contratada, deverá ser realizado por veículo adequado, devidamente adaptado à natureza da carga, com área de carga isolada da área do motorista, conforme art. 21, §1º, da RDC ANVISA nº 6/2012;

5.1.6.2. A contratada tem a obrigação de manter o(s) veículo(s) a ser(em) empregado(s) em bom estado, prevendo manutenções preventivas e corretivas necessárias ao bom funcionamento, assim como mantê-lo(s) regularizado(s) quanto às taxas, tarifas, seguros e demais obrigações necessárias à circulação regular no território nacional, sendo a contratante totalmente isenta de qualquer ocorrência irregular da contratada;

5.1.6.3. A contratada deverá possuir instalações e equipamentos de lavagem e secagem apropriados para cada tipo de roupa/vestuário, em conformidade com a RDC ANVISA nº 6/2012; e

5.1.6.4. Ao recolher e/ou devolver as peças no órgão, estas deverão ser acondicionadas/embaladas separadamente de outras que não pertençam à contratante, não sendo permitido afixar qualquer tipo de identificação comercial nas peças.

5.1.7. Todo o material a ser empregado é de responsabilidade exclusiva da contratada.

5.1.7.1. No decorrer da prestação do serviço, caso seja verificado que não há necessidade de recolhimento do material, ou ainda que ocorre a necessidade de antecipação da entrega, será efetuado pela contratante contato prévio com a contratada, definindo quais dias deverá ser efetuado o recolhimento /entrega, com a mesma sistemática de horários e prazos definidos neste item.

5.1.8. Mediante agendamento prévio ou em casos de emergência, realizado pela contratante junto à contratada e de comum acordo, outros dias da semana poderão ser agendados para busca e/ou entrega, a depender da demanda de uniformes, roupas de cama, mesa e banho a serem lavados.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Avenida Almirante Sylvio de Noronha, s/n, Castelo, CEP: 20.021-010, Rio de Janeiro/RJ, preferencialmente das 09:30 às 11:45 horas.

Rotinas a serem cumpridas

5.3. Retirada e devolução das roupas:

5.3.1. Terças e quintas-feiras no período da manhã;

5.3.2. Preferencialmente das 09:30 às 11:45 horas; e

5.3.3. Em caso de feriado ou dia sem expediente, as roupas serão apanhadas e/ou devolvidas no primeiro dia útil seguinte.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Todo o material a ser utilizado para a execução do serviço contratado deverá obrigatoriamente ser providenciado, fornecido e/ou substituído quando necessário, exclusivamente pela contratada, em suas dependências, cabendo-lhe ainda repô-los quando julgar pertinente, de maneira a manter a boa execução do serviço, sem ônus para a contratante.

5.5. A contratada deverá disponibilizar no local da coleta/entrega, sem ônus para a contratante, balança para a pesagem das peças, haja vista que a medida para fins de valores e contratação dos serviços será o quilograma (kg).

5.5.1. A balança, preferencialmente digital tipo plataforma, deverá ser disponibilizada pela contratada (podendo ser móvel), bem como a calibração, manutenção preventiva e corretiva, com laudo de verificação metrológica válido, emitido por organismo credenciado pelo INMETRO, com periodicidade anual, conforme Portaria INMETRO nº 157, de 31 de março de 2022, sem ônus para a contratante.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. A contratada deverá possuir lavanderia própria para processamento da roupa/vestuário, dotada de condições totais para suprir a necessidade de desinfecção, higienização, acondicionamento e guarda de toda a roupa/vestuário processada(o), de modo que garanta a qualidade dos serviços prestados, bem como a remoção e entrega das peças por meio de veículos adequados, em conformidade com a RDC ANVISA nº 6 /2012 e com licença sanitária atualizada, nos termos do art. 4º da RDC ANVISA nº 6/2012;

5.6.2. Os quantitativos de peso das peças poderão variar de acordo com a necessidade da contratante, seguindo como referência os quantitativos estabelecidos no subitem 1.1 deste Termo de Referência;

5.6.3. A cobrança mensal será realizada sobre a pesagem de roupa/vestuário suja(o) efetivamente processada (o)/lavada(o), com exceção das peças devolvidas para reprocessamento por não apresentarem condições mínimas para uso;

5.6.4. O consumo de serviços de lavanderia é referencial, não ensejando obrigação de consumo mínimo, podendo variar seus quantitativos mensal ou anualmente;

5.6.5. As peças devolvidas para reprocessamento não ensejarão custo à contratante;

5.6.6. O processamento das peças, objeto do certame, será executado nas instalações da lavanderia da contratada;

5.6.7. Entende-se como processamento, neste Termo de Referência, o ciclo completo da lavagem, incluindo a pesagem e a separação prévia das roupas/vestuários, a pré-lavagem e a lavagem, obedecidas as especificações dos enxágues, o alvejamento, a desinfecção, a acidulação, o amaciamento, a secagem, o serviço de passar, a revisão e o reparo de danos, a passagem, a dobradura, o empacotamento das peças separadas por tipos, tamanhos e pacotes, e qualquer outra etapa necessária ao fornecimento das roupas /vestuários em perfeitas condições de uso, conforme definição de processamento constante do art. 3º, III, da RDC ANVISA nº 6/2012; e

5.6.8. O processamento deve assegurar a eliminação de substâncias alergênicas ou irritantes existentes nos removedores de sujidades e nos amaciantes utilizados durante o processo de lavagem, que podem ser danosos ao organismo humano ou aos profissionais que utilizam ou manuseiam as roupas.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado, nos termos do art. 118 da Lei nº 14.133, de 2021.

~~6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de vigência contratual.~~

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, nos termos do art. 22, VI, do Decreto nº 11.246, de 2022.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, nos termos do art. 117, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021, e do art. 22, II, do Decreto nº 11.246, de 2022.

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, nos termos do art. 22, III, do Decreto nº 11.246, de 2022.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso, nos termos do art. 22, IV, do Decreto nº 11.246, de 2022.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato, nos termos do art. 22, V, do Decreto nº 11.246, de 2022.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual, nos termos do art. 22, VII, do Decreto nº 11.246, de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos,

solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, nos termos do art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022.

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência, nos termos do art. 23, IV, do Decreto nº 11.246, de 2022.

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará, por ocasião de cada pagamento, a regularidade fiscal e trabalhista da contratada, mediante consulta ao SICAF e aos sítios eletrônicos oficiais dos órgãos emissores das certidões, nos termos do art. 23, III, do Decreto nº 11.246, de 2022, comunicando ao gestor do contrato qualquer irregularidade identificada.

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração, nos termos do art. 21, IV, do Decreto nº 11.246, de 2022.

6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, nos termos do art. 21, II, do Decreto nº 11.246, de 2022.

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, nos termos do art. 21, III, do Decreto nº 11.246, de 2022.

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, nos termos do art. 21, VIII, do Decreto nº 11.246, de 2022.

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso, nos termos do art. 21, X, do Decreto nº 11.246, de 2022.

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, nos termos do art. 21, VI, do Decreto nº 11.246, de 2022.

6.25. O gestor do contrato deverá encaminhar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Disposições sobre Dedicção Exclusiva de Mão de Obra

~~6.26. As disposições a seguir aplicam-se aos contratos de prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do art. 6º, XVI, da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto nº 12.174, de 2024, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, incluindo as regras sobre compensação de jornada, férias programadas (IN SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025), capital social integralizado compatível com o número de empregados (STF, Tema 1118), e vedação à participação de cooperativas.~~

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Apêndice II, nos termos do art. 46, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados;

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. Unidade de medida para faturamento e mensuração do resultado: quilograma (kg) de roupa processada, conforme registros de pesagem realizados na entrega e devolução das peças;

7.3.2. Produtividade de referência ou critérios de qualidade para a execução contratual, conforme especificações técnicas do Termo de Referência; e

7.3.3. Indicadores mínimos de desempenho para aceitação do serviço ou eventual glosa, conforme IMR — Apêndice II.

~~7.3.4. Nos contratos de serviços contínuos executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, admite-se, excepcionalmente, a adoção de critério de remuneração por postos de trabalho, devendo a Administração justificar a inviabilidade de adotar critério de mensuração de resultados, nos termos da IN SEGES/MP nº 05/2017, Anexo IX.~~

Do Recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 3 (três) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, nos termos do art. 140, I, "a", da Lei nº 14.133, de 2021, e dos arts. 22, X e 23, X, do Decreto nº 11.246, de 2022.

7.5. O prazo acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado, com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico, nos termos do art. 22, X, do Decreto nº 11.246, de 2022.

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo, nos termos do art. 23, X, do Decreto nº 11.246, de 2022.

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no IMR, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências apontadas no Recebimento Provisório, nos termos do art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis, nos termos do art. 140, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, nos termos do art. 21, VIII, do Decreto nº 11.246, de 2022.

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1. o prazo de validade;

7.17.2. a data da emissão;

7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5. o valor a pagar; e

7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, nos termos da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de Pagamento

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

Forma de Pagamento

7.27. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajustamento

7.31. Os preços contratuais serão reajustados, em sentido estrito, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), com data-base vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, §7º, e art. 92, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses contados da data-base.

~~7.32. Nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra, os preços serão repactuados, com data vinculada: (i) à data da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado; e (ii) ao acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra, nos termos do art. 135, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021, e da IN SEGES/MP nº 176, de 25 de novembro de 2024, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, conforme Acórdão TCU nº 1.207/2024.~~

~~7.33. Para os insumos não relacionados à mão de obra, nos contratos com dedicação exclusiva, admite-se a combinação de repactuação (para custos de mão de obra) com reajuste por índice (para demais insumos), nos termos do Acórdão TCU nº 1214/2013 — Plenário, das Orientações Normativas AGU nºs 23 e 25, e do PARECER n. 00002/2018/CPMLC/CGU/AGU.~~

~~7.34. Nos contratos de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração poderá adotar, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas pelo contratado: (i) depósito de valores em conta vinculada; ou (ii) pagamento pelo fato gerador, nos termos do art. 121, §3º, III e V, da Lei nº 14.133, de 2021, e do art. 18, II, da IN SEGES/MP nº 05/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.~~

~~7.35. A majoração do valor do vale-transporte, decorrente de aumento de tarifa de transporte público pelo Poder Executivo local, configura hipótese de fato do príncipe, autorizando o reequilíbrio econômico-financeiro por apostilamento, nos termos do art. 124, II, "d", e art. 136, II, da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~7.36. Admite-se o pagamento antecipado, nos termos do art. 145 da Lei nº 14.133, de 2021, quando houver sensível economia de recursos ou quando representar condição indispensável para a prestação do serviço, mediante justificativa nos autos e previsão expressa no edital, podendo a Administração exigir garantia adicional como condição para o pagamento antecipado, nos termos do art. 145, §2º.~~

Cessão de Crédito

7.40. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste tópico.

7.40.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.41. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.42. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.43. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.44. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021:

- 8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, I, c/c art. 155, I, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do item 8.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, III, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do item 8.1, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.3. Serão aplicadas as seguintes multas, sem prejuízo das demais sanções:

8.3.1. Multa Moratória — pelo atraso injustificado na execução do contrato ou no cumprimento de obrigação contratual:

Período de atraso	Percentual sobre o valor da obrigação inadimplida
Até 10 (dez) dias	0,5% ao dia
De 11 a 20 (vinte) dias	1,0% ao dia
Acima de 20 (vinte) dias	Conversão em multa compensatória, nos termos do item 8.3.2

8.3.2. Multa Compensatória — pela inexecução total ou parcial do contrato, ou quando a mora do contratado tornar inútil a execução da prestação, nos termos do art. 162, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021:

Infração	Percentual sobre o valor total do contrato
Inexecução parcial	De 0,5% a 10%
Inexecução total	De 10% a 30%

~~8.3.3. Multa moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia contratual, observado o máximo de 2% (dois por cento); e multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na reposição ou suplementação da garantia, observado o máximo de 2% (dois por cento), nos termos do Anexo VII-F, item 3.1, alíneas "e" e "f", da IN SEGES/MP nº 05/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.~~

8.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, nos termos do art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.5. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, nos termos do art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos termos do art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, nos termos do art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.8. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.9.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.9.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.10. Na aplicação das sanções serão considerados, nos termos do art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021:

8.10.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.10.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.10.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.10.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.10.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei, nos termos do art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, nos termos do art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, nos termos do art. 6º, XLI, c/c art. 29, I, da Lei nº 14.133, de 2021, e do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

Regime de Execução

9.3. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário, tendo em vista que o quantitativo exato de quilogramas a ser processado mensalmente não pode ser predefinido com precisão absoluta, variando conforme a demanda operacional da Escola Naval, sendo o pagamento correspondente à medição dos serviços efetivamente executados, nos termos do art. 6º, XXVIII, "b", da Lei nº 14.133, de 2021, e em consonância com o Acórdão TCU nº 1978/2013 – Plenário (TC 007.109/2013-0).

CrITÉRIOS de Aceitabilidade de Preços

~~9.4. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.~~

9.5. Para o objeto sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será:

9.5.1. Valor global: conforme valor estimado da contratação de R\$ 286.740,00 (duzentos e oitenta e seis mil, setecentos e quarenta reais), apurado com base na pesquisa de preços realizada nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 (método da mediana);

9.5.2. Custo unitário relevante: R\$ 10,00 (dez reais) por quilograma (kg) de roupa processada, correspondente ao preço de referência apurado na pesquisa de preços, sendo desclassificada a proposta que apresentar preço unitário superior a este valor, nos termos do art. 59, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021, e da definição de sobrepreço do art. 6º, LVI, da mesma Lei.

~~9.6. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para salário-base, auxílio-alimentação e demais benefícios trabalhistas, conforme norma coletiva paradigma.~~

9.7. Tratando-se de contratação para registro de preços, com critério de julgamento de menor preço por item, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.7.1. Valor unitário máximo: R\$ 10,00/kg, conforme pesquisa de preços constante do processo (mediana — IN SEGES/ME nº 65/2021), sendo vedada a aceitação de proposta com preço unitário superior a este valor.

Exigências de Habilitação

9.8. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021:

Habilitação Jurídica

~~9.9. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;~~

9.9. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.10. Microempreendedor Individual — MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual — CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.11. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal — SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada — EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

9.13. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.14. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

~~9.15. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;~~

~~9.16. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404/1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133/2021);~~

9.18. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

9.19. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas — CNPJ;

9.20. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014;

9.21. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS;

9.22. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.23. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.24. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.24.1. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre

9.25. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.26. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, sendo suficiente a apresentação do CCMEI.

Qualificação Econômico-Financeira

9.27. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos do art. 69, II, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.28. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples, nos termos do art. 69, II, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.29. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas, nos termos do art. 69, I, da Lei nº 14.133, de 2021:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

~~9.29.1. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.~~

9.30. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo de 8% (oito por

cento) do valor estimado da contratação para 12 (doze) meses (R\$ 286.740,00), correspondente a R\$ 22.939,20 (vinte e dois mil, novecentos e trinta e nove reais e vinte centavos), nos termos do art. 69, III, da Lei nº 14.133, de 2021, e do Acórdão TCU nº 1.087/2025 – Plenário;

~~9.30.1. Capital Circulante Líquido (CCL) de, no mínimo, 16,66% do valor estimado da contratação para 12 meses; e Patrimônio Líquido de 10% do valor estimado da contratação para 12 meses.~~

~~9.31. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data de apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado.~~

9.32. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 1 (um) ano;

9.33. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital — ECD ao SPED;

9.34. O atendimento dos índices econômicos previstos neste Termo de Referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor;

9.35. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.36. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, nos termos do art. 67, I, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.36.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

~~9.36.2. Declaração de vistoria ao local de execução dos serviços.~~

~~9.37. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade, quando exigível por lei para o exercício da atividade objeto da contratação, nos termos do art. 67, V, da Lei nº 14.133, de 2021:~~

9.37.1. Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento expedido pelo órgão de Vigilância Sanitária competente (Municipal ou Estadual), em plena validade, comprovando que a empresa está autorizada a exercer a atividade de lavanderia industrial, nos termos da RDC ANVISA nº 6, de 3 de março de 2012, e da legislação sanitária local aplicável;

9.38. Prova de atendimento aos requisitos previstos na RDC ANVISA nº 6, de 3 de março de 2012, mediante apresentação do Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento referido no item anterior, nos termos do art. 67, IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

Qualificação Técnico - Operacional

9.39. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, nos termos do art. 67, I, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.40. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.40.1. Prestação de serviços de lavanderia industrial ou hospitalar, com processamento de roupas em quantidade mínima equivalente a 50% (cinquenta por cento) do volume mensal estimado no presente objeto (14.337 kg/mês), em períodos sucessivos ou não, por prazo mínimo de 12 (doze) meses, nos termos do art. 67, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.40.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de

comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do Acórdão TCU nº 1.084 /2021 – Plenário;

9.40.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor, nos termos do Parecer n. 00005/2021/CNMLC/CGU/AGU e da Orientação Normativa AGU nº 66, de 29 de maio de 2020;

9.40.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos;

9.40.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária especificada no contrato social vigente;

9.40.6. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora;

9.40.7. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitidos em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133, de 2021.

~~9.40.8. Declaração de que o fornecedor possui ou instalará escritório no município de, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato.~~

Qualificação Técnico-Profissional

~~9.41. Apresentação de profissional(is) devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes.~~

~~9.42. Apresentação da relação de compromissos assumidos e pendentes de cumprimento pelo fornecedor, que importem em diminuição da disponibilidade dos profissionais indicados.~~

~~9.43. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

Disposições Gerais sobre Habilitação

9.44. Quando permitida a participação na licitação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre;

9.45. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas;

9.46. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;

9.47. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

9.48. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 286.740,00 (duzentos e oitenta e seis mil, setecentos e quarenta reais).
- 10.2. Nos termos do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, em seu art. 17, fica postergada a indicação de créditos orçamentários para o momento da assinatura do instrumento contratual, tendo em vista que a presente contratação será processada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP).
- 10.3. O presente processo não trata de expansão, nem de criação ou aperfeiçoamento de ação governamental pelo órgão, sendo desnecessária a elaboração de estimativa de impacto orçamentário-financeiro, nos termos do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
- 10.4. Com fulcro na IN nº 81/2022, o presente Termo de Referência não se classifica nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação — LAI), não havendo restrição de acesso às informações nele contidas.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura da ATA ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

13. ANEXO I

~~ANEXO I[A1]~~

~~Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato~~

~~(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024[A2])~~

~~1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO~~

- ~~1.1. O adjudicatário terá o prazo de, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato [Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização] OU [constante neste Anexo], sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.~~
- ~~1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.~~
- ~~1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:~~

~~1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;~~

~~1.3.2.1 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital **ou** na Autorização de Contratação Direta e/ou no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).~~

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

~~2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.[A3]~~

ou

~~2.3. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado[A4] , atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:~~

~~2.4.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;~~

~~2.4.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução contratual, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;~~

~~2.4.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;~~

~~2.4.4. Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;~~

~~2.4.5. Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação; e~~

~~2.4.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).[A5]~~

~~2.5. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.~~

~~2.6. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.~~

~~2.7. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.~~

~~2.8. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.~~

ou

~~2.9. O prazo de vigência da contratação é de(máximo de um ano) contados do(a) (data da ocorrência da emergência ou da calamidade), improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021[A6].~~

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE[A7]

~~3.1. São obrigações do Contratante:~~

- ~~3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;~~
- ~~3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;~~
- ~~3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;~~
- ~~3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;~~
- ~~3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;~~
- ~~3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;~~
- ~~3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;~~
- ~~3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;~~
- ~~3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.~~
- ~~3.1.9.1. A Administração terá o prazo de XXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A8]~~
- ~~3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de XXXXXX.[A9]~~
- ~~3.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.[A10]~~
- ~~3.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.~~
- ~~3.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.~~
- ~~3.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.~~
- ~~3.1.15. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:~~
- ~~3.1.15.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;~~
- ~~3.1.15.2. comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;~~
- ~~3.1.15.3. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;~~
- ~~3.1.15.4. carta "habite-se", emitida pela prefeitura, e~~
- ~~3.1.15.5. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;~~

~~3.1.16. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;~~

~~3.1.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;~~

~~3.1.18. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução;~~

~~3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;~~

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A11]

~~4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:~~

~~4.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual;~~

~~4.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;~~

~~4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;~~

~~4.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;~~

~~4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados,[A12]~~

~~4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;~~

~~4.1.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;~~

~~4.1.8. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;~~

~~4.1.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedor – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:~~

~~4.1.9.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;~~

~~4.1.9.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;~~

~~4.1.9.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;~~

- ~~4.1.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, e~~
- ~~4.1.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, [A13]~~
- ~~4.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;~~
- ~~4.1.11. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;~~
- ~~4.1.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;~~
- ~~4.1.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;~~
- ~~4.1.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual;~~
- ~~4.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;~~
- ~~4.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;~~
- ~~4.1.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;~~
- ~~4.1.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;~~
- ~~4.1.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;~~
- ~~4.1.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;~~
- ~~4.1.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, [A14]~~
- ~~4.1.22. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;~~
- ~~4.1.23. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;~~
- ~~4.1.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;~~
- ~~4.1.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;~~

- ~~4.1.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;~~
- ~~4.1.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;~~
- ~~4.1.28. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s));~~
- ~~4.1.28.1. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o Contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado[A15];~~
- ~~4.1.29. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;~~
- ~~4.1.30. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.[A16]~~
- ~~4.1.30.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.~~
- ~~4.1.31. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.~~
- ~~4.1.32. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.~~
- ~~4.1.33. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.~~
- ~~4.1.34. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.~~
- ~~4.1.35. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.~~
- ~~4.1.36. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.~~
- ~~4.1.37. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.~~
- ~~4.1.38. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.~~
- ~~4.1.39. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.~~
- ~~4.1.40. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.[A17]~~
- ~~4.1.41. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.~~
- ~~4.1.42. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.~~

~~4.1.43. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.~~

~~4.1.44. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:~~

~~4.1.44.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SisNAMA;~~

~~4.1.44.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SisNAMA;~~

~~4.1.44.3. florestas plantadas, e~~

~~4.1.44.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.~~

~~4.1.45. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:~~

~~4.1.45.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;~~

~~4.1.45.2. Cópia dos Comproantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;~~

~~4.1.45.3. Documento de Origem Florestal - DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e~~

~~4.1.45.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.~~

~~4.1.46. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:~~

~~4.1.47. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.~~

~~4.1.48. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:~~

~~4.1.48.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados). deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;~~

~~4.1.48.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações). deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;~~

~~4.1.48.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação). deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;~~

~~4.1.48.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde). deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.~~

~~4.1.49. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.~~

~~4.1.50. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.~~

~~4.1.51. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:~~

~~4.1.51.2. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.~~

~~4.1.51.3. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.~~

~~4.1.52. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.~~

~~4.1.53. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.~~

~~4.1.54. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.~~

~~4.1.55. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).~~

~~4.1.56. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelos Contratados, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos.~~

~~4.1.56.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes no Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.[A18]~~

~~4.1.57. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após o aceite do instrumento equivalente, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor, o fiscal técnico, o fiscal administrativo, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.~~

~~4.1.58. Na contratação integrada, após a elaboração do projeto básico pelo contratado, o conjunto de desenhos, especificações, memoriais e cronograma físico-financeiro deverá ser submetido à aprovação da Administração, que avaliará sua adequação em relação aos parâmetros definidos no edital e conformidade com as normas técnicas, vedadas alterações que reduzam a qualidade ou a vida útil do empreendimento e mantida a responsabilidade integral do contratado pelos riscos associados ao projeto básico~~

~~5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD[A19]~~

~~5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.~~

~~5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.~~

~~5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.~~

~~5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.~~

~~5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.~~

~~5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. [A20]~~

~~5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.~~

~~5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. [A21]~~

~~5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.~~

~~5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.~~

~~5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.~~

~~5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.~~

~~5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional. [A22]~~

~~6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL[A23]~~

~~6.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.~~

~~6.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.~~

~~6.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:~~

~~— 6.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e~~

~~— 6.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual~~

~~ou~~

~~6.4. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.[A24]~~

~~6.5. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem[A25].~~

~~— 6.5.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.~~

~~6.6. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~ou~~

~~6.7. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes [A26] contraentes.~~

~~6.8. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.~~

~~— 6.8.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.~~

~~— 6.8.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.~~

~~— 6.8.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.~~

~~6.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:~~

~~— 6.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;~~

~~— 6.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;~~

~~— 6.9.3. Indenizações e multas.~~

~~6.10. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.~~

~~6.11. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.~~

~~7. DOS CASOS OMISSOS~~

~~7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A27]~~

~~8. ALTERAÇÕES~~

~~8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).~~

~~8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A28]~~

~~8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.~~

~~8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~9. FORO~~

~~9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.~~

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, (~~identificar o Contratado~~) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no ~~Edital~~ OU ~~Aviso de Contratação Direta~~, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o ~~Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica~~ nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local UF, de de 20.....

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDERSON DA SILVA MAGALHAES

Equipe de apoio

LEONARDO TORRES MASSA

Equipe de apoio

Despacho: Em acordo autorizo por força da portaria anexa ao processo.

VICTOR DA SILVA SCOTELLARO

Autoridade competente

ESCOLA NAVAL

Estudo Técnico Preliminar 33/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 63099.001943/2026-75

2. Descrição da necessidade**2.1. Definição do Objeto**

A necessidade consiste na contratação de serviços contínuos de lavanderia, compreendendo as etapas de coleta, transporte, pesagem, lavagem, calandragem, higienização, secagem, alvejamento, passadoria, embalagem e entrega de uniformes, roupas de cama, mesa e banho (não hospitalares), conforme especificações constantes neste estudo e em seus anexos.

2.2. O Problema a ser resolvido e o Interesse Público

A Escola Naval (EN) é a instituição de ensino superior da Marinha do Brasil que possui o propósito de formar oficiais. Com um efetivo aproximado de 1.400 militares, onde o corpo de Aspirantes cumpre regime de semi-internato, a manutenção da higiene das vestimentas e roupas de cama é condição sine qua non para a dignidade da pessoa humana e a prontidão das atividades acadêmicas e militares.

2.2.1. O interesse público se manifesta na garantia da saúde coletiva e do bem-estar dos integrantes da OM. A ausência de processos regulares de higienização de roupas de cama e uniformes cria um ambiente propício à proliferação de agentes patogênicos, o que comprometeria a missão institucional da Escola por meio de possíveis surtos epidemiológicos e queda na salubridade das instalações de alojamento.

2.3. Sazonalidade e Eventos Institucionais

A necessidade estende-se ao suporte de eventos administrativos, desportivos e de representação (formaturas), onde o rigor com a apresentação pessoal e o asseio dos materiais (bandeiras, coletes, toalhas de mesa) é reflexo da imagem institucional da Marinha do Brasil e do cumprimento de normas de cerimonial e cortesia militar.

2.4. Justificativa da Terceirização (Eficiência Administrativa)

A Escola Naval não possui em seu quadro efetivo pessoal técnico capacitado, nem parque tecnológico de lavanderia industrial compatível com a demanda de larga escala (aprox. 28.674 kg/ano). A execução direta pelo órgão exigiria investimentos vultosos em infraestrutura, manutenção corretiva e contratação de pessoal especializado, o que se mostra incompatível com o foco nas atividades finalísticas da Marinha.

2.4.1. Ressalte-se que tais atividades não constam das atribuições dos cargos e carreiras dos militares da MB em atividade na Escola, sendo a execução indireta (terceirização) a solução que melhor atende ao princípio da eficiência (art. 5º da Lei nº 14.133/2021) e às diretrizes de governança pública.

2.5. Alinhamento Estratégico

Esta contratação está alinhada ao Documento de Formalização da Demanda (DFD) e encontra-se prevista no Plano de Aplicação de Recursos (PAR) sob o código COMP-4, garantindo que a despesa possui lastro no planejamento gerencial da Organização Militar.

2.6. Registra-se que a presente contratação se amolda às hipóteses previstas no PARECER REFERENCIAL n. 00001/2026/CONSER/SCGP/CGU/AGU, por se tratar de procedimento licitatório para prestação de serviços comuns sem dedicação exclusiva de mão de obra, na modalidade pregão eletrônico, com valor anual estimado compatível com os

limites do referido parecer estando certificado nos autos, a aderência integral do caso concreto às orientações nele emanadas.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Conforto	2º TEN (AA) DAVESSON SOUZA PEREIRA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os uniformes, roupas de cama, mesa e banho deverão ser recolhidos pela contratada nas dependências da Escola Naval, situada na Avenida Almirante Sylvio de Noronha s/n, Castelo/RJ, CEP: 20.021-010, preferencialmente às terças e quintas-feiras, no período de 09h30 às 11h45, devendo ser devolvidos nos mesmos dias da semana subsequente.

4.1.1. Em caso de feriado ou ausência de expediente, o recolhimento e/ou devolução deverão ocorrer no primeiro dia útil subsequente, podendo ainda ser ajustados de comum acordo entre as partes, conforme a necessidade da Administração.

4.1.2. Mediante agendamento prévio ou em casos de emergência, realizado pela contratante junto à contratada, e de comum acordo, outros dias da semana poderão ser agendados para busca e/ou entrega, a depender da demanda de uniformes, roupas de cama, mesa e banho a serem lavados.

4.2. A execução dos serviços poderá ser solicitada em qualquer época, dentro do período de vigência do contrato, conforme a necessidade da Administração.

4.3. A prestação de serviços de lavanderia realizar-se-á nas dependências da contratada, onde os uniformes /roupagem serão processados, para que, posteriormente, sejam entregues conforme padrões definidos pela contratante.

4.4. A prestação de serviços de lavanderia, envolvendo o processamento de uniformes, roupas e tecidos em geral em todas as suas etapas, desde seu recolhimento até seu retorno em ideais condições de uso, sob situações higiênicas e sanitárias adequadas, compreende:

4.4.1. A retirada dos uniformes e roupas no local estabelecido pela contratante;

4.4.2. O transporte dos uniformes e roupas para as dependências da contratada, o qual deverá ser efetuado pela mesma, em veículo apropriado;

4.4.3. O recebimento e acondicionamento dos uniformes e roupas na lavanderia da contratada;

4.4.4. A lavagem dos uniformes e roupas;

4.4.5. A secagem e calandragem dos uniformes e roupas;

4.4.6. Passar, separar e proceder a embalagem dos uniformes e roupas em saco plástico transparente;

4.4.7. O transporte dos uniformes e roupas, bem como a entrega destes, no local de sua retirada.

4.5. Para a efetiva execução dos serviços de retirada dos uniformes e roupas, a contratada deverá disponibilizar de meios adequados, inclusive veículos adaptados com prateleiras e/ou do tipo gaiolas, para armazenamento dos sacos com roupas sujas e posterior transporte para a sua lavanderia.

4.6. A retirada dos materiais na Organização Militar (OM) deverá ser realizada por funcionários da contratada, devidamente identificados, treinados, uniformizados e equipados com os devidos EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), determinados pela legislação vigente.

4.7. Os uniformes e roupas devem ser manuseados com o mínimo de agitação possível, visando diminuir possível contaminação dos profissionais e do ar.

4.8. O controle dos itens recolhidos e entregues deverá ser efetuado de forma conjunta entre os representantes designados pela contratante e pela contratada, garantindo a rastreabilidade e a fidedignidade das informações.

4.9. Os uniformes e roupas deverão ser contados e/ou pesados por funcionário da contratada na presença dos representantes da contratante.

4.10. No ato do recolhimento, a contratada deverá expedir “comanda” ou formulário próprio, contendo a descrição quantitativa ou pesagem discriminada (ex: lençol, fronha, calça, jaleco, entre outros) dos materiais a serem lavados.

4.11. No transporte dos uniformes e roupas, a contratada tem a obrigação de manter o veículo em bom estado de conservação, realizar manutenções preventivas e corretivas, e mantê-lo regularizado quanto a taxas, tarifas, seguros e demais obrigações legais, sendo a contratante totalmente isenta de qualquer ônus decorrente de irregularidades da contratada nesta esfera.

4.12. A contratada deverá possuir instalações e equipamentos de lavagem, secagem e de passar, apropriados para cada tipo de uniforme ou roupa, responsabilizando-se pela adequação dos processos de lavagem utilizados sem ônus para a contratante.

4.13. É de responsabilidade exclusiva da contratada a dosagem dos produtos químicos, seguindo rigorosamente as instruções do fabricante para garantia do serviço e preservação dos tecidos.

4.14. Na etapa final do processamento, as peças deverão ser dobradas e embaladas em embalagem plástica, resistente, transparente e impermeável, acondicionadas por lote (uniformes, lençóis, fronhas, mantas, etc.) a fim de preservar a higiene. Peças que apresentem manchas ou danos devem ser entregues separadas, identificadas e quantificadas.

4.15. Toda roupa que retornar com qualidade de limpeza insatisfatória deverá ser reprocessada pela contratada (nova lavagem, remoção de manchas ou desinfecção) sem qualquer ônus adicional para a contratante.

4.16. A roupa limpa deverá ser entregue em até 7 (sete) dias corridos após a retirada. Eventuais atrasos deverão ser justificados por escrito ao fiscal do contrato.

4.17. Responsabilidade sobre ônus e custas: Todos os custos decorrentes da execução do objeto, sejam eles diretos ou indiretos, tais como: gastos com pessoal (salários, fardamento, treinamentos, encargos trabalhistas, previdenciários e sociais), fornecimento de materiais, embalagens, produtos químicos, insumos, lavagem, secagem, calandragem, transportes, tributos, taxas, seguros e quaisquer outras que incidam sobre a prestação do serviço, correrão única e exclusivamente por conta da contratada.

4.18. Sustentabilidade (Conforme Guia Nacional AGU): Em observância ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, a execução do serviço observará obrigatoriamente os seguintes critérios:

4.18.1. Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de detergente em pó, fabricado no país ou importado, cuja composição respeite os limites de concentração máxima de fósforo admitidos na Resolução CONAMA nº 359, de 29/04/2005, e legislação correlata.

4.18.2. Os produtos a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente notificados /registrados na ANVISA, conforme Lei nº 6.360, de 1976, Decreto nº 8.077, de 2013, RDC ANVISA Nº 40, de 2008 e RDC ANVISA Nº 59, DE 2010.

4.18.3. Por se tratar de produto cujos respectivos fabricantes desenvolvem atividades listadas no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06/2013, e que são obrigados ao registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, somente será aceito na execução do serviço o uso de produto, cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais do Ibama (FTE Categoria: Indústria Química; Código: 15-13; Descrição: Fabricação de sabões, detergentes e velas), nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA Nº 6, de 15/03/2013, e legislação correlata.

4.19. Fiscalização e Gestão: Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a conformidade da prestação dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas.

4.19.1. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil, situações que demandarem decisões que ultrapassem sua competência e será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração para prevenir riscos na execução contratual (§ 3º, art. 117 da Lei 14.133/2021).

4.20. Da Vedação de Consórcios

4.20.1. Fica vedada a participação de empresas em consórcio por se tratar de objeto comum de lavanderia, de baixa complexidade técnica e operacional, com ampla oferta no mercado por empresas individuais.

4.20.2. A admissão de consórcios é medida excepcional, não se justificando no presente caso, pois a execução não demanda a conjugação de capacidades técnicas ou econômicas que uma empresa isolada não possa prover.

4.21. Da Vedação de Cooperativas

4.21.1. É vedada a participação de cooperativas ante a natureza do serviço, que exige estrutura operacional empresarial padrão, equipamentos próprios e logística centralizada para garantir a higiene e o fluxo contínuo de processamento.

4.21.2. O modelo de cooperados não se amolda à execução de serviços comuns de lavanderia, onde a unidade de comando e a responsabilização direta por perdas ou danos são essenciais, restando tecnicamente justificado o afastamento.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Verifica-se que o mercado de prestação de serviços de lavanderia é maduro, competitivo e amplamente ofertado, contando com diversas empresas aptas a atender às demandas da Administração, não havendo restrição à competitividade.

5.2. No levantamento realizado, foram consideradas as seguintes alternativas para atendimento da necessidade:

- a) realização de processo licitatório próprio; e
- b) adesão à Intenção de Registro de Preços (IRP).

5.3. A alternativa de adesão à IRP foi descartada por ausência de atas vigentes ou processos disponíveis compatíveis com o objeto pretendido, restando tecnicamente viável e economicamente adequada a realização de licitação própria.

5.4. A solução de contratação de empresa especializada mostrou-se a mais adequada, considerando a necessidade de execução contínua, padronização dos serviços, responsabilidade técnica e garantia de resultados, em consonância com o princípio da eficiência previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

5.5. A estimativa de preços foi elaborada em conformidade com a Instrução Normativa nº 65/2021, utilizando os parâmetros previstos no art. 5º, especialmente dados do Painel de Preços (inciso I).

5.6. Para definição do preço de referência, foi adotada a mediana dos valores obtidos, nos termos do art. 6º da IN nº 65/2021, por se mostrar mais adequada para mitigação de distorções nos preços coletados.

5.7 Os serviços aplicados ao objeto caracterizam-se como comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, por serem de baixa complexidade e utilizarem especificações usuais de mercado, dispondo de empresas eficazes para a realização do feito.

5.8 Com fulcro no princípio da eficiência administrativa (art. 5º da Lei nº 14.133/2021) e nas diretrizes de governança pública a Escola Naval não dispõe de recursos materiais e humanos em seu quadro efetivo em quantitativo e, mesmo, detentores de conhecimento especializado para realizar as atividades que busca contratar. Da mesma forma, as atividades objeto da contratação não se encontram relacionadas àquelas descritas no plano de cargos e carreira dos militares da MB.

5.9 Com fulcro na Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022, em seu art. 12, foi verificado junto ao Sistema ETP Digital e não foram encontradas soluções para o objeto proposto em especificações e vulto da proposta. (Utilizar esta resposta caso não haja contrato ou solução similar em buscas nos ETPs da unidade ou de outras unidades.)

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução adotada consiste no Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavanderia destinados à Escola Naval, a ser processado na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço por Item (R\$/kg), para Sistema de Registro de Preços com validade de 12 (doze) meses, estando presentes os elementos necessários à identificação do objeto, seus custos e todos os critérios para a participação das licitantes. O processo observa integralmente as disposições do Decreto nº 11.462/2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito da Lei nº 14.133/2021.

6.2. A adoção do Sistema de Registro de Preços, com especificações técnicas rigorosas, possibilitará otimização da gestão contratual, melhoria no planejamento logístico e redução da dependência de contratações emergenciais ou fracionadas. A medida visa garantir o atendimento ininterrupto da rotina de higiene e conservação de uniformes e rouparia da Escola Naval, com melhor aproveitamento dos recursos administrativos disponíveis. As contratações enquadram-se nos pressupostos do art. 3º, incisos I e II, do Decreto nº 11.462/2023.

6.3. Com fulcro no art. 43 da Lei nº 14.133/2021, foram observados os custos e as vantagens da contratação, optando-se pelo Sistema de Registro de Preços em razão da demanda periódica e variável do processamento de roupas, que depende da rotatividade de alunos, escalas de serviço e eventos institucionais, tornando o SRP a solução mais adequada, eficiente e econômica para o atendimento das necessidades desta Unidade Gestora.

6.4. O serviço será executado de forma contínua nas dependências da contratada, abrangendo todas as etapas do processamento, desde a retirada até a entrega em condições adequadas de higiene, conservação e uso. Com fundamento no art. 47, §1º, da Lei nº 14.133/2021, avaliou-se a viabilidade do parcelamento, considerando a responsabilidade técnica, o custo de múltiplos contratos e o dever de ampliar a competição. Concluiu-se que o objeto será licitado em item único, por ser tecnicamente inviável e economicamente desvantajoso o fracionamento das etapas de coleta, processamento e devolução, nos termos do art. 40, inciso V, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

6.5. O presente processo enquadra-se no âmbito do Parecer Referencial nº 00001/2026/CONSER/SCGP/CGU/AGU, que orienta procedimentos licitatórios na modalidade pregão eletrônico para serviços comuns sem dedicação exclusiva de mão de obra, com valor anual estimado igual ou inferior a R\$ 1.000.000,00. A autoridade administrativa certifica, nos termos do referido Parecer Referencial, que o presente processo se amolda integralmente ao seu conteúdo e que suas recomendações foram atendidas.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Para a definição da estimativa da quantidade a ser contratada, foram levadas em consideração as quantidades processadas no último contrato vigente desta Organização Militar, tendo em vista que o processo anterior encerrou sua vigência sem que novo certame fosse tempestivamente instaurado, situação que impõe a utilização do histórico de consumo como parâmetro técnico legítimo e razoável para a projeção da demanda futura, nos termos do art. 18, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

7.1.1. O quantitativo estimado é de 28.674 kg (vinte e oito mil, seiscentos e setenta e quatro quilogramas), definido com base em dados históricos de consumo da Escola Naval, considerando as categorias de peças, frequência de coleta e sazonalidade decorrente de eventos, formaturas e atividades esportivas, conforme demonstrativo constante da Ata de Registro de Preços do processo anterior, anexa ao presente processo.

7.2. O valor médio unitário estimado, apurado por meio de pesquisa de preços formalizada em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, é de R\$ 10,00 (dez reais) por quilograma, obtido pela

aplicação da mediana dos valores válidos coletados, método estatístico adotado nos termos do art. 6º, §3º, da IN SEGES/ME nº 65/2021, conforme Pesquisa de Preços nº 77/2026 — UASG 762400, realizada em abril de 2026, dentro do prazo de validade de 6 (seis) meses exigido pelo art. 5º da referida Instrução Normativa.

7.3. O valor total estimado da contratação é de R\$ 286.740,00 (duzentos e oitenta e seis mil, setecentos e quarenta reais), obtido pela aplicação do valor unitário de R\$ 10,00/kg sobre o quantitativo estimado de 28.674 kg, conforme Mapa de Preços Simplificado constante da Pesquisa de Preços nº 77/2026, em plena conformidade com o art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021 e com o art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021.

7.4. Nos termos do art. 7º, inciso I, c/c o art. 22 do Decreto nº 11.462/2023 e do art. 86, §§ 1º ao 8º, da Lei nº 14.133/2021, fica possibilitada a adesão à Ata de Registro de Preços por não participantes, na condição de "carona", sempre que comprovada a vantajosidade da contratação e observados os limites quantitativos registrados na Ata.

7.4.1. Registra-se que o órgão gerenciador do presente processo — a Escola Naval — integra a estrutura da Marinha do Brasil, que conta com mais de 150 Organizações Militares (OM) sediadas no Estado do Rio de Janeiro, todas formalmente designadas como Unidades Gestoras (UG), algumas delas também cadastradas como UASG no Sistema de Serviços Gerais (SISG) dos órgãos da Administração Federal Direta, todas dotadas de Ordenadores de Despesa devidamente designados.

7.4.2. A Escola Naval atua como órgão gerenciador do presente processo licitatório em decorrência de estudo de otimização de aquisições e contratações realizado pelas OM da Marinha do Brasil, com o objetivo de atender com maior efetividade e celeridade a demanda das unidades integrantes de sua estrutura. A atuação como gerenciadora observa o Calendário Anual de Licitações (CAL) e o Programa de Aplicações de Recursos (PAR), documentos internos que servem de base para a distribuição planejada e organizada dos recursos nas diversas unidades administrativas.

7.4.3. Em razão da expressiva demanda imposta às Organizações Militares, aliada à limitação de força de trabalho e ao cenário de restrição orçamentária, alguns processos licitatórios planejados não chegam a ser efetivamente iniciados, gerando demanda reprimida que, por vezes, é atendida por meio de adesões a Atas de Registro de Preços em vigor, mecanismo administrativamente mais célere do que a instauração de novo processo licitatório.

7.4.4. A natureza das atividades militares das Organizações implica, ainda, grau relevante de imprevisibilidade operacional, com possibilidade de antecipação de períodos de reparo, inclusão ou antecipação de comissões e operações não previstas inicialmente para os meios operativos das OM. Essa imprevisibilidade pode ser sobrepujada administrativamente por meio de adesão à Ata de Registro de Preços, sempre que comprovada a vantajosidade na contratação, conferindo maior agilidade ao atendimento da demanda sem a necessidade de abertura de novo certame.

7.4.5. Justifica-se, assim, a previsão expressa da possibilidade de adesão por órgãos não participantes no presente processo, com o objetivo de atender preferencialmente as OM da Marinha do Brasil que não tenham atuado como órgão participante no certame, dada a similaridade de natureza entre as unidades militares de terra e a eventual imprevisibilidade de suas demandas, respeitados em qualquer caso os limites quantitativos e as formalidades previstas no art. 86, §§ 1º ao 8º, da Lei nº 14.133/2021 e no art. 22 do Decreto nº 11.462/2023.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 286.740,00

8.1. A pesquisa de preços foi realizada em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral no âmbito da Administração Pública Federal, observando-se os critérios de prioridade, fontes admitidas e metodologia de cálculo ali estabelecidos.

8.2. Os valores de referência foram obtidos com base no art. 5º, inciso II, da IN SEGES/ME nº 65/2021, mediante consulta ao sistema Compras.gov.br/SIASG, ferramenta oficial de pesquisa de preços disponibilizada no âmbito do

Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), que consolida contratações realizadas por órgãos e entidades da Administração Pública Federal e permite a extração de preços praticados em contratações similares, conferindo transparência, rastreabilidade e conformidade metodológica à pesquisa realizada, nos termos do art. 3º, incisos I a IV, da IN SEGES/ME nº 65/2021.

8.3. Conforme o art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021, o valor estimado da contratação de serviços em geral será definido com base no melhor preço aferido por meio dos parâmetros legalmente admitidos, adotados de forma combinada ou não. No presente caso, foi adotado o parâmetro previsto no inciso II do referido dispositivo — contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços —, com consulta a 3 (três) contratações homologadas no sistema Compras.gov.br, dentro do prazo de validade de 6 (seis) meses exigido pelo art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021, conforme formalizado na Pesquisa de Preços nº 77/2026 — UASG 762400, realizada em abril de 2026.

8.4. O método de cálculo adotado para obtenção do preço de referência foi a mediana dos valores válidos coletados, nos termos do art. 6º, §3º, da IN SEGES/ME nº 65/2021, método estatístico que confere maior robustez ao resultado por ser menos sensível a valores extremos. O coeficiente de variação apurado foi de 15,93%, dentro do intervalo de aceitabilidade, não sendo necessária a exclusão de amostras por inconsistência, nos termos do art. 6º, §4º, da IN SEGES/ME nº 65/2021.

8.5. Os valores apurados estão formalizados no Mapa de Preços Simplificado constante da Pesquisa de Preços nº 77/2026, que integra e fundamenta o presente Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência, contendo a análise crítica dos preços pesquisados, a metodologia de cálculo adotada, os valores unitários e totais estimados e o valor global máximo aceitável da contratação, em atendimento ao art. 3º, incisos III e IV, da IN SEGES/ME nº 65/2021.

8.6. O valor estimado total máximo da contratação é de R\$ 286.740,00 (duzentos e oitenta e seis mil, setecentos e quarenta reais), obtido pela aplicação do valor unitário de R\$ 10,00 (dez reais) por quilograma sobre o quantitativo estimado de 28.674 kg (vinte e oito mil, seiscentos e setenta e quatro quilogramas), valor este consoante com a realidade de mercado e com os preços praticados para a Administração Pública, não gerando risco de prejuízo ao erário, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021 (princípio da economicidade).

8.7. O enquadramento do valor estimado abaixo do limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) confirma a aplicabilidade do Parecer Referencial nº 00001/2026/CONSER/SCGP/CGU/AGU ao presente processo, dispensando a análise jurídica individualizada pelo órgão de assessoramento jurídico, desde que o processo se amolde integralmente ao conteúdo do referido Parecer Referencial, o que é certificado pela autoridade administrativa competente.

8.8. Os preços de referência servirão como valor máximo aceitável para fins de julgamento das propostas, nos termos do art. 34 da IN SEGES/ME nº 73/2022, sendo desclassificadas as propostas que superarem o valor unitário máximo de R\$ 10,00/kg fixado no Mapa de Preços, independentemente do valor global ofertado.

8.9. Os valores estimados não implicam obrigação de execução integral dos quantitativos registrados, servindo como teto orçamentário para fins de empenho durante a vigência da Ata de Registro de Preços, em consonância com o disposto no art. 12, inciso I, do Decreto nº 11.462/2023.

8.10. Não há necessidade de que o processo licitatório tenha orçamento sigiloso, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que a divulgação do valor estimado não compromete o caráter competitivo do certame nem representa risco à segurança nacional ou ao interesse público.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Com fundamento no art. 47, incisos I e II, e §1º, da Lei nº 14.133/2021, avaliou-se a viabilidade do parcelamento da solução, considerando os aspectos de responsabilidade técnica, custo de gestão contratual e ampliação da competição.

9.2. O objeto do presente processo é unitário e homogêneo — prestação de serviços comuns de lavanderia (CATSER 19542), compreendendo transporte, pesagem, lavagem, calandragem, higienização, secagem, alveijamento, passagem, embalagem e entrega de peças —, não comportando divisão em itens ou lotes distintos, uma vez que

todas as etapas integram um ciclo operacional único e indissociável, cuja execução por múltiplos fornecedores comprometeria a rastreabilidade das peças, a responsabilidade técnica e a padronização do processo, nos termos do art. 40, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

9.3. Diante disso, não há parcelamento do objeto licitado, sendo o certame realizado com item único, adjudicado pelo critério de menor preço por quilograma (kg), o que amplia a competitividade ao permitir a participação de qualquer empresa do ramo, sem restrição por especialidade de etapa.

9.4. Registra-se que a execução do contrato se dará de forma continuada e parcelada, com coletas e entregas realizadas em periodicidade preestabelecida pela Administração ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, sendo o faturamento mensal apurado com base no quantitativo efetivamente processado em quilogramas, nos termos do regime de empreitada por preço unitário, previsto no art. 6º, inciso XXVIII, da Lei nº 14.133/2021. Tal característica é inerente à natureza do serviço contínuo e não configura parcelamento do objeto licitado.

9.5. Com fulcro no art. 40, inciso V, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021, certifica-se que o objeto do presente processo não carece de padronização entre itens para fins de execução, sendo o serviço de lavanderia autossuficiente em suas especificações técnicas, de modo que a contratação de um único prestador é a solução técnica e economicamente mais vantajosa para a Administração, em atendimento ao princípio da eficiência administrativa previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

9.6. A presente decisão encontra-se devidamente fundamentada nos autos, em atendimento à orientação do Parecer Referencial nº 00001/2026/CONSER/SCGP/CGU/AGU (item 2.5.3.5), que recomenda ao gestor informar expressamente, em seção do ETP denominada "parcelamento do objeto", se está realizando a licitação de forma global ou parcelada, apresentando as razões técnicas ou econômicas que justificam a decisão tomada.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não verifica-se Contratações Correlatas e/ou Interdependentes que impeçam a execução do objeto.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Alinhamento ao PAR — Substituição do PCA para as Forças Armadas

Com fulcro no art. 7º, inciso IX, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022, o presente processo demonstra, neste estudo, o alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão por meio do indicativo interno do seu Plano de Alocação de Recursos (PAR).

O Plano de Contratações Anuais (PCA), conforme regulamentação constante no Decreto nº 10.947/2022, tem como objetivos racionalizar as contratações, garantir o alinhamento das despesas com os instrumentos de governança existentes, subsidiar a elaboração de leis orçamentárias, evitar o fracionamento de despesas e sinalizar ao mercado fornecedor as intenções de aquisições e contratações a serem operacionalizadas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. Contudo, destaca-se que as Forças Armadas (FFAA) estão dispensadas da elaboração do PCA, nos termos do parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 10.947/2022, incluído pelo Decreto nº 11.137, de 18 de julho de 2022.

Todavia, em atendimento ao princípio do planejamento, de que trata o art. 5º da Lei nº 14.133/2021, a SGM-102 (5ª revisão), em seu art. 1.12, dispõe que a elaboração dos processos licitatórios deverá compatibilizar-se, obrigatoriamente, com o Programa de Aplicação de Recursos (PAR). Certifica-se que o objeto desta contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o órgão, em atendimento ao art. 18, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que exige a demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração.

O presente processo, conforme o PAR para o exercício de 2026, possui os seguintes dados:

- I) Código PAR: COMP-4
- II) Data da aprovação de inclusão do objeto no PAR: 15/12/2025

- III) Elemento de Despesa: 3.3.90.39

11.2. Instrumentos de Governança

Foi efetuado diligenciamento quanto à Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, em seu art. 6º, sobre os instrumentos de governança nas contratações públicas — Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) e Plano de Contratações Anual (PCA) —, estando o processo em tela alinhado aos mesmos, nos termos do Parecer Referencial nº 00001/2026/CONSER/SCGP/CGU/AGU, itens 31 a 42.

11.3. Processo Digital

Com fulcro no Decreto nº 8.539/2015, c/c a Lei nº 14.133/2021 em seu art. 12, inciso VI, o presente processo foi instaurado de forma digital desde sua gênese, utilizando as ferramentas e modelos previstos por meio do sistema ComprasNet.

Os documentos produzidos neste processo têm sua temporalidade conforme o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), por intermédio da gestão de atos e procedimentos, protocolo-geral e arquivo do Ministério da Defesa, aplicável aos Comandos das Forças Armadas.

11.4. Segregação de Funções e Designação de Agentes

Com fulcro no art. 12 do Decreto nº 11.246/2022, c/c o art. 7º da Lei nº 14.133/2021, certifica-se que o presente processo tem segregadas as funções de atuação dos agentes designados por meio de portarias, em ordem, como atesta o Termo de Autuação. As designações de fiscais responsáveis pela contratação ficam postergadas para o momento da assinatura dos contratos e/ou ata, nos termos do art. 7º da Lei nº 14.133/2021, c/c o art. 117 da mesma Lei, uma vez que não é possível tal indicação na fase interna, em razão das movimentações e transferências de pessoal na Marinha do Brasil, conforme orientação do Parecer Referencial nº 00001/2026/CONSER/SCGP/CGU/AGU.

11.5. Utilização de Modelos Padronizados AGU/SEGES

Com fulcro no art. 12, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, c/c a Declaração de Utilização de Modelos AGU/MGI, art. 29 e art. 35 da Instrução Normativa nº 05/2017, e Enunciado BPC nº 6, junto a este processo foram utilizados os documentos disponíveis pela SEGES para confecção dos autos de forma digital, e suas assinaturas são efetuadas por chave ICP devidamente instruída para tal feito, onde cada página demonstra o nome do(s) agente(s) responsável (eis).

Certifica-se que o presente processo, nos termos do art. 19, §2º, da Lei nº 14.133/2021, e do Enunciado nº 6 do Manual de Boas Práticas Consultivas e art. 9º, §1º, da IN ME nº 81/2022, utilizou todos os modelos e minutas padronizadas da Advocacia-Geral da União presentes no sistema SIASGNET

11.6. ETP Contempla Todos os Itens Exigíveis

Com fulcro no §2º e §1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, certifica-se que o presente Estudo Técnico Preliminar contempla todos os itens necessários à clareza da necessidade do objeto, em conformidade com os elementos obrigatórios previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do §1º do art. 18, bem como os demais elementos facultativos devidamente justificados, nos termos do Parecer Referencial nº 00001/2026/CONSER/SCGP/CGU/AGU, itens 56 e 57.

11.7. Atividade de Custeio e Autorização (Decreto nº 10.193/2019)

No presente processo, a atividade se constitui como de custeio, nos termos do Decreto nº 10.193/2019, c/c a Portaria ME nº 7.828/2022. A autoridade competente para celebração do contrato está demonstrada na Portaria MB/MD nº 38 /2022, c/c as Portarias nº 85/EN e nº 34/EN, e no Termo de Autorização, Justificação e Declaração de Atividade de Custeio, os quais integram os autos do presente processo.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com fulcro no art. 18, §1º, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, apresenta-se o demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, em decorrência da contratação pretendida.

12.1. Economicidade e Eficiência na Gestão de Recursos

A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de lavanderia proporcionará à Escola Naval ganhos diretos de economicidade, na medida em que:

- a) Elimina a necessidade de investimento em infraestrutura própria — máquinas industriais, insumos, manutenção de equipamentos e espaço físico dedicado —, transferindo esses custos ao setor privado, que opera com maior escala e especialização, em consonância com o princípio da eficiência administrativa previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021;
- b) Reduz o custo total de propriedade (TCO) da atividade, uma vez que a terceirização elimina despesas com encargos trabalhistas, previdenciários e de gestão de pessoal especializado, que seriam necessários caso a atividade fosse executada com mão de obra própria;
- c) Garante previsibilidade orçamentária, com valor unitário fixo por quilograma processado (R\$ 10,00/kg), permitindo controle eficiente da despesa ao longo do exercício financeiro, nos termos do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000).

12.2. Melhor Aproveitamento dos Recursos Humanos

A externalização dos serviços de lavanderia permitirá que o efetivo militar e servidores civis da Escola Naval concentrem suas atividades nas missões institucionais precípuas da Organização Militar — formação de Oficiais da Marinha do Brasil —, sem desvio de função ou sobrecarga operacional com atividades de apoio logístico.

Tal resultado está alinhado ao princípio da segregação de funções (art. 7º da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 12 do Decreto nº 11.246/2022) e ao objetivo estratégico institucional de melhoria contínua da infraestrutura de apoio à formação naval.

12.3. Melhor Aproveitamento dos Recursos Materiais

A contratação especializada assegura:

- a) Higienização adequada e padronizada de uniformes, roupas de cama, mesa e banho, com processos técnicos de lavagem, calandragem, alvejamento e embalagem, preservando a vida útil dos materiais e reduzindo o descarte precoce de itens do patrimônio da Unidade;
- b) Rastreabilidade e controle de qualidade por meio de pesagem e registro sistemático das peças processadas, permitindo fiscalização objetiva pelo gestor/fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
- c) Redução de impactos ambientais pelo uso de processos industriais com maior eficiência no consumo de água, energia e insumos químicos, em conformidade com o Decreto nº 7.746/2012, a IN SLTI/MPOG nº 01/2010 e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (5ª edição — AGU/2025).

12.4. Benefícios Institucionais e Estratégicos

A presente contratação, realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do Decreto nº 11.462/2023, proporciona ainda:

- a) Flexibilidade operacional — o SRP permite contratações conforme a demanda efetiva, evitando desperdício de recursos públicos com quantitativos superdimensionados;
- b) Transparência e controle — a adoção do Pregão Eletrônico, com critério de julgamento por menor preço, assegura ampla competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 6º, XLI, c/c art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021;
- c) Continuidade do serviço público — a natureza contínua do objeto (art. 6º, XV, da Lei nº 14.133/2021) garante que as necessidades permanentes de higienização da Unidade sejam atendidas de forma ininterrupta, sem solução de continuidade nas atividades de formação naval.

12.5. Compatibilidade do Valor com o Mercado

Com fulcro no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, certifica-se que o valor estimado para a presente contratação — R\$ 10,00/kg, totalizando R\$ 286.740,00 anuais — é compatível com os praticados no mercado, como evidencia a pesquisa de preços realizada nos termos da IN SEGES/ME nº 65/2021, cujo resultado (mediana) foi adotado como parâmetro de referência.

O presente processo não trata de expansão, nem de criação ou aperfeiçoamento de ação governamental, sendo desnecessária a elaboração de estimativa de impacto orçamentário-financeiro nos termos do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Previamente à celebração do contrato, deverão ser adotadas as seguintes providências:

- a) Designação de Gestor e Fiscais do Contrato por Portaria do Ordenador de Despesas, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 c/c arts. 8º e 10 do Decreto nº 11.246/2022. A designação não é possível nesta fase em razão das movimentações de pessoal inerentes à Marinha do Brasil;
- b) Capacitação dos agentes designados para gestão e fiscalização contratual, nos termos do art. 7º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021;
- c) Definição de sistema de controle de pesagem das peças coletadas e entregues, para fins de medição e pagamento por quilograma processado.

Não se vislumbram necessidades de adequação física ou estrutural, tendo em vista que os serviços serão executados nas instalações da contratada.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Em atendimento ao art. 18, §1º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021 e ao art. 9º, inciso XII, da IN SEGES/ME nº 58/2022, descrevem-se os possíveis impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços de lavanderia e as respectivas medidas mitigadoras:

- a) Geração de efluentes líquidos contaminados O processo de lavagem industrial gera efluentes com resíduos de detergentes, alvejantes e sujidades têxteis. Como medida mitigadora, a contratada deverá comprovar que seus efluentes são tratados e descartados em conformidade com a legislação ambiental vigente, em especial a Resolução CONAMA nº 430/2011 (condições de lançamento de efluentes).
- b) Uso de produtos químicos potencialmente poluidores Os detergentes em pó utilizados no processo devem respeitar os limites de concentração máxima de fósforo, nos termos da Resolução CONAMA nº 359/2005, e estar notificados/registrados na ANVISA, conforme Lei nº 6.360/1976, Decreto nº 8.077/2013 e RDC ANVISA nº 59/2010. O fabricante dos produtos deverá estar regularmente inscrito no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras do IBAMA (FTE Categoria: Indústria Química; Código: 15-13 —

Fabricação de sabões, detergentes e velas), nos termos do art. 17, II, da Lei nº 6.938/1981 e da IN IBAMA nº 06 /2013, conforme orientação do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis — AGU, 8ª ed./2025, item 15 (Detergente em Pó) e item 38 (Serviço de Lavanderia Hospitalar).

c) Consumo de água e energia O serviço de lavanderia é intensivo no consumo de água e energia elétrica. Como medida mitigadora, exigir-se-á da contratada a adoção de práticas de eficiência no uso desses recursos, em observância ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável (art. 5º, Lei nº 14.133/2021) e à Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009).

d) Geração de resíduos sólidos Embalagens de produtos saneantes deverão ter destinação ambientalmente adequada pela contratada, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e o Decreto nº 10.936/2022.

Registra-se que, por se tratar de serviço executado nas instalações da contratada, os impactos ambientais diretos sobre as dependências desta Organização Militar são mínimos, recaiando sobre a contratada a responsabilidade pelas medidas de controle ambiental durante a execução.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15. Declaração de Viabilidade

Com fundamento nos elementos colhidos ao longo dos presentes Estudos Técnicos Preliminares, em especial na análise da necessidade administrativa, na pesquisa de preços de mercado, na verificação de fornecedores e na avaliação dos riscos e impactos envolvidos, **declara-se expressamente a VIABILIDADE e RAZOABILIDADE da presente contratação**, nos termos do **art. 18, §1º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 7º, inciso XIII, da IN SEGES/ME nº 58/2022**.

A viabilidade da contratação fundamenta-se nos seguintes elementos:

- a) Existência de **necessidade administrativa concreta e contínua**, devidamente formalizada no **Documento de Formalização de Demanda (DFD nº 762400-000063-2026)** e vinculada ao **Plano Anual de Contratações (PAR — Código COMP-4, aprovado em 15/05/2025)**;
- b) Comprovação de **ampla oferta de mercado**, com identificação de fornecedores aptos a atender o objeto, conforme pesquisa de preços realizada em conformidade com a **IN SEGES/ME nº 65/2021**;
- c) Estimativa de preço de **R\$ 10,00/kg**, apurada pelo método da **mediana**, resultando em valor global estimado de **R\$ 286.740,00 (duzentos e oitenta e seis mil, setecentos e quarenta reais)**, considerado **compatível com os preços praticados no mercado**;
- d) Existência de **dotação orçamentária** compatível com a despesa, classificada no **Elemento de Despesa 3.3.90.39 — Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica**, em conformidade com o **art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF)**;
- e) Ausência de **vedação legal** à contratação, sendo o objeto compatível com as normas de licitações e contratos vigentes, em especial a **Lei nº 14.133 /2021** e o **Decreto nº 11.462/2023 (SRP)**;
- f) Adoção do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, que confere maior flexibilidade, economicidade e eficiência à contratação, nos termos do **art. 82 da Lei nº 14.133/2021** e do **Decreto nº 11.462/2023**.

Diante do exposto, conclui-se que a contratação é **tecnicamente viável, economicamente razoável e juridicamente adequada**, devendo prosseguir para as fases subsequentes do processo licitatório.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDERSON DA SILVA MAGALHAES

Equipe de apoio

LEONARDO TORRES MASSA

Equipe de apoio

Despacho: Em acordo autorizo a devida demanda por força da portaria anexa ao processo.

VICTOR DA SILVA SCOTELLARO

Autoridade competente

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Resumido

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
77/2026	762400	Concluída	ANDERSON DA SILVA MAGALHAES

Título: Contratação de serviços comuns de lavanderia

Observações:

Total de itens cotados: 1 **Valor total da pesquisa de preços:** R\$ 286.740,0000

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
19542 - Prestação de Serviços de Lavanderia	UNIDADE	28674
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	Mediana
R\$ 9,0000	R\$ 10,6667	R\$ 10,0000
Coeficiente de Variação: 15,9346%		
Desvio Padrão: 1,6997		
Maior Preço: R\$ 13,0000		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	20	UNIDADE	R\$ 13,0000	13/04/2026	Sim
2	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	20	UNIDADE	R\$ 10,0000	24/03/2026	Sim
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	150	UNIDADE	R\$ 9,0000	04/03/2026	Sim

Legenda:

▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Nota Técnica

NOTA/ANÁLISE CRÍTICA DE PREÇOS

Serviços de Lavanderia – Escola Naval – Marinha do Brasil

A presente análise crítica de preços tem como base a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, norteia-se pelo seu Capítulo II, art. 3º, e observa os parâmetros do art. 23, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

I – OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto da presente contratação é a prestação de serviços comuns de lavanderia, incluindo transporte, pesagem, lavagem, calandragem, higienização, secagem, alvejamento, passagem, embalagem e entrega de uniformes, roupas de cama, mesa e banho, no âmbito da Escola Naval, conforme especificação técnica constante do Estudo Técnico Preliminar e do Mapa de Preços anexos.

II – FONTES CONSULTADAS

2.1. Para a definição do valor estimado da contratação, foram utilizadas como ferramentas a pesquisa de preços no SIASG/PNCP e compras.gov.br, aplicando-se os critérios do art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021.

2.2. Foram priorizadas a consulta aos sistemas oficiais de governo (SIASG/PNCP) e às contratações similares realizadas pela Administração Pública, em conformidade com o art. 5º, §1º, da IN SEGES/ME nº 65/2021 — parâmetros dos incisos I e II —, observando-se contratações de órgãos e entidades congêneres (Marinha do Brasil e demais órgãos federais) com objeto equivalente.

2.3. O preço estimado para a contratação considerou o mínimo de três cotações, nos termos do art. 6º, §5º, da IN SEGES/ME nº 65/2021, com pesquisa realizada em abril de 2026, dentro do prazo de 6 (seis) meses exigido pelo art. 5º da referida Instrução Normativa, encontrando-se plenamente válida para os fins da presente contratação.

III – SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS

3.1. Os preços coletados e sua consolidação encontram-se formalizados no Mapa de Preços anexo ao presente processo, elaborado por meio da ferramenta compras.gov.br/SIASG, o qual evidencia o cumprimento integral das especificações da IN SEGES/ME nº 65/2021, conforme determinam os incisos III e IV do art. 3º da referida Instrução Normativa.

3.2. A unidade de medida adotada para a pesquisa de preços é o quilograma (kg), compatível com a prática de mercado para serviços de lavanderia e coerente com o quantitativo estimado de 28.674 kg (vinte e oito mil, seiscentos e setenta e quatro quilogramas) apurado na fase de planejamento.

IV – METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

4.1. O preço estimado foi obtido por meio da aplicação da mediana dos valores válidos coletados na pesquisa de preços, conforme recomendado no art. 6º, §3º, da IN SEGES/ME nº 65/2021, método estatístico mais robusto para evitar distorções causadas por valores extremos.

4.2. Foram desconsiderados os preços manifestamente inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, nos termos do art. 6º, §3º, da IN SEGES/ME nº 65/2021, sendo os critérios de desconsideração fundamentados e descritos no processo administrativo, conforme exige o §3º do mesmo artigo.

4.3. A análise considerou os preços praticados no mercado da região do Rio de Janeiro / Região Sudeste, com foco em fornecedores ativos e com histórico de conformidade, assegurando que os valores propostos refletem a realidade do mercado local sem deixar de considerar o panorama nacional, nos termos do art. 4º da IN SEGES/ME nº 65/2021.

V – MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONCLUSÃO

5.1. O quantitativo estimado é de 28.674 kg (vinte e oito mil, seiscentos e setenta e quatro quilogramas), definido com base em dados históricos de consumo da Escola Naval, considerando as categorias de peças, frequência de coleta e sazonalidade decorrente de eventos, formaturas e atividades esportivas, conforme demonstrativo disposto no último processo, constante da Ata de Registro de Preços anexa à presente análise crítica.

5.2. Após a realização da pesquisa de preços em plena conformidade com a IN SEGES/ME nº 65/2021, certifica-se que o valor estimado para a presente contratação é compatível com os preços praticados no mercado, tanto em nível federal quanto regional, guardando adequação com a finalidade pública perseguida e com o princípio da economicidade previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Valor estimado total: R\$ 286.740,00 (duzentos e oitenta e seis mil, setecentos e quarenta reais), obtido pela aplicação da mediana unitária por quilograma sobre o quantitativo estimado de 28.674 kg, conforme Mapa de Preços anexo.

VI – IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA DE PREÇOS.

VI – MAPA DE PREÇO SIMPLIFICADO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UF	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO (R\$/kg)	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$)
1	Prestação eventual de serviços comuns de lavanderia, incluindo transporte, pesagem, lavagem, calandragem, higienização, secagem, alvejamento, passar e embalagem e entrega de uniformes, roupas de cama, mesa e banho não hospitalar, com coletas e entregas em horários preestabelecidos pela unidade.	19542	KG	28.674	R\$10,00	R\$ 286.740,00

Rio de Janeiro, RJ, na data da assinatura.

1ºTEN (RM2-EN) LEONARDO TORRES MASSA
EQUIPE DE PLANEJAMENTO
ASSINADO DIGITALMENTE

3ºSG-MO ANDERSON DA SILVA MAGALHÃES
EQUIPE DE PLANEJAMENTO
ASSINADO DIGITALMENTE

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$



MARINHA DO BRASIL
ESCOLA NAVAL
ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 62/2023
(Processo Administrativo n.º 63099.004903/2023-32)

A Escola Naval, com sede na Avenida Almirante Sylvio de Noronha, s/nº, Ilha de Villegagnon, Castelo, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.502/0099-58 neste ato representado pelo Ordenador de Despesas Roberto Rodrigues Borges, nomeado pela Portaria nº 186 de 31 de outubro de 2023, portador da matrícula funcional nº 87.3030.19, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 22/2023, processo administrativo n.º 63099.004903/2023-32, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de serviços comuns de lavanderia, incluindo transporte, pesagem, lavagem, caladragem, higienização, secagem, alvejamento, passar embalagem e entrega de uniformes, roupas de cama, mesa e banho não hospitalar, visando atender as demandas da Escola Naval, especificados no item 1.1 do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 24/2023, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

45.956.602 PAULO ALEXANDRE NUNES	
CNPJ: 45.956.602/0001-55	
Endereço: RUA ACAPORI, 306 - CASA SOBRADO - GARDENIA AZUL - Rio de Janeiro / RJ	
TEL: (22) 2643-8124 / (22) 99272-1872	
PAULO ALEXANDRE NUNES	
117.531.946-52	
paulo-a-n@hotmail.com	

ITEM	Especificação	UF	Quantidade	Valor Un	Valor total
1	Prestação eventual de serviços comuns de lavanderia, incluindo transporte, pesagem, lavagem,	Kg	33000	R\$ 5,40	R\$ 178.200,00

	caladragem, higienização, secagem, alvejamento, passar embalagem e entrega de uniformes, roupas de cama, mesa e banho não hospitalar, com coletas e entregas em horários preestabelecidos pela unidade.				
				Valor total da ATA	R\$ 178.200,00

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Escola Naval

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares item

5. Vedação a acréscimo de quantitativos

5.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

- 6.3.** Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 6.4.** A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.5.** O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 6.6.** Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.7.** Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 6.8.** Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
- 6.9.** Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 6.9.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
 - 6.9.2. Mantiverem sua proposta original.
- 6.10.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 6.11.** O registro a que se refere o item 6.9 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 6.12.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 6.13.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.9.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 6.14.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e
- 6.15.** Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 10.
- 6.16.** O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 6.17.** Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

- 6.18.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 6.19.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 6.20.** Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 6.21.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:
- 6.22.** Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 6.23.** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 6.24.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 7.1.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 7.2.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 7.3.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 7.4.** Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.4.1.** No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- 7.4.2.** No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 8.1.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

- 8.2.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 8.3.** Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
- 8.4.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 8.5.** Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.6.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 8.7.** Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 8.8.** Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 8.9.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
- 8.10.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 10.8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 8.11.** Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 8.12.** O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1.** As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 9.2.** O remanejamento somente poderá ser feito:

- 9.3. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- 9.4. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 9.5. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 9.6. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 9.7. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 9.8. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 9.9. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

10. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 10.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 10.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 10.3. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 10.4. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
 - 10.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 10.5.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 10.6. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 10.7. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 10.8. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

10.9. Por razão de interesse público;

10.10. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

10.11. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

11. DAS PENALIDADES

11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

11.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

11.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.


12. CONDIÇÕES GERAIS

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em uma via que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes

Assinado de forma digital por
ROBERTO RODRIGUES
BORGES:02641322706
Dados: 2023.12.11 18:08:46
-03'00'

ROBERTO RODRIGUES BORGES
Capitão de Mar e Guerra (IM)
Ordenador de Despesas

Documento assinado digitalmente
 **PAULO ALEXANDRE NUNES**
Data: 11/12/2023 14:51:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PAULO ALEXANDRE NUNES
CPF: 117.531.946-52
Representante Legal

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	<i>Marca</i> <i>(se exigida no edital)</i>	<i>Modelo</i> <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	<i>Prazo garantia ou validade</i>

A relação de fornecedores que mantiveram a sua proposta original seguirá a ordem de menor preço acordo termo de homologação do pregão.

ESCOLA NAVAL

Matriz de Gerenciamento de Riscos 42/2026

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
42/2026	ANDERSON DA SILVA MAGALHAES	01/04/2026 13:53
Status da Matriz de Alocação de Riscos		
Concluído (Planejamento)		
Objeto da Matriz de Riscos		
Contratação de empresa especializada em prestar serviços comuns de lavanderia.		

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Definição da demanda abaixo da necessidade real.	Levantamento deficiente das demandas durante o planejamento da contratação a partir de pesquisa e dados disponíveis.	Planejamento	Administração	Baixo	
	Impactos					
	1	Atendimento insuficiente para a quantidade de peças de roupas.				
	Ações Preventivas					
	P-01	Maior acompanhamento das demandas durante o planejamento da contratação e de anos anteriores.		Responsável: ANDERSON MAGALHAES	DA	SILVA
R-02	Ações de Contingência					
	C-01	Realocação da aquisição de acordo com a prioridade e correção das demandas para o próximo planejamento da contratação.		Responsável: ANDERSON MAGALHAES	DA	SILVA
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Empresa atrasa a prontificação de parte do objeto.	A equipe de planejamento da contratação não inclui no TR as exigências de prazo de entrega do objeto.	Planejamento	Administração	Baixo	
	Impactos					
	1	Redução na quantidade de serviço a ser executado.				
	Ações Preventivas					
	P-01	A equipe de planejamento da contratação inclui no TR as exigências de prazo de entrega do objeto.		Responsável: ANDERSON MAGALHAES	DA	SILVA
R-03	Ações de Contingência					
	C-01	Aplicação de Notificações e Sanções Administrativas previstas em Lei e possibilidade de contratação de nova empresa para fornecimento do objeto por completo.		Responsável: ANDERSON MAGALHAES	DA	SILVA
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Empresa com dificuldades de manter-se regularizada fiscalmente.	Inexistência de exigência de documentação que comprove a regularização trabalhista e fiscal para realização do empenho.	Planejamento	Administração	Baixo	
	Impactos					
	1	Paralisação do Contrato por impossibilidade de pagamento.				
	Ações Preventivas					
	P-01	Exigência de documentação que comprove a regularização trabalhista e fiscal para realização do empenho.		Responsável: ANDERSON MAGALHAES	DA	SILVA
	Ações de Contingência					
	C-01	Aplicação de Notificações e Sanções Administrativas previstas em Lei e possibilidade de contratação de nova empresa para o fornecimento do objeto.		Responsável: ANDERSON MAGALHAES	DA	SILVA

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Nenhum responsável assinante incluído.

ESCOLA NAVAL

Contrato 11/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
11/2026	762400-ESCOLA NAVAL	BRUNO GOMES DE CARVALHO	04/05/2026 17:16 (v 0.3)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		63099.001943/2026-75

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO



(Processo Administrativo nº 63099.001943/2026-75)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
E

A União, por intermédio da Escola Naval, com sede na Avenida Almirante Sylvio de Noronha, s/nº, Castelo, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.021-010, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.502/0099-58, neste ato representada pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº [XX], de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador(a) da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a) [RAZÃO SOCIAL DO CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço completo], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado(a) CONTRATADO(A), neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] ou [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 63099.001943/2026-75 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 14/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de lavanderia, incluindo transporte, pesagem, lavagem, calandragem, higienização, secagem, alvejamento, passar embalagem e

entrega de uniformes, roupas de cama, mesa e banho não hospitalar, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do presente instrumento, prorrogável sucessivamente por até 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal — CADIN, nos termos do art. 6º, inciso III, c/c art. 6º-A da Lei nº 10.522, de 2002, incluído pela Lei nº 14.973, de 2024, sendo a existência de registro no CADIN fator impeditivo à formalização do aditamento.

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor estimado da contratação é de R\$ [VALOR TOTAL ADJUDICADO] ([valor por extenso]), correspondente a 28.674 kg (vinte e oito mil, seiscentos e setenta e quatro quilogramas) ao preço unitário de R\$ [VALOR UNITÁRIO ADJUDICADO] ([valor por extenso]) por quilograma.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente processados e aferidos por pesagem, nos termos do Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
- 8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - 8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
 - 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
 - 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
 - 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
 - 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período, nos termos do art. 123 e seu parágrafo único da Lei nº 14.133, de 2021, c/c art. 28 do Decreto nº 11.246, de 2022.
- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados do protocolo do requerimento, admitida prorrogação motivada por igual período, nos termos do art. 92, inciso XI, c/c art. 123 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.12. Comunicar formalmente o CONTRATADO sobre qualquer irregularidade constatada na execução do objeto, fixando prazo para regularização.
- 8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança pertinentes à execução do objeto;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos no Termo de Referência;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados para a execução do objeto, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre o local de execução do objeto nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.20. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.22. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.23. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.24. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato;
- 9.24.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.25. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.26. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.27. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.28. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC) aos seus trabalhadores, conforme a legislação vigente, em especial a NR-6;
- 9.29. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência;
- 9.30. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração quando em visita às dependências do CONTRATANTE para coleta e entrega das peças;
- 9.31. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em lei.

10.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.5. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.6. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.7. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.8. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de 2 (dois) meses para ciência formal do CONTRATADO, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

13.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e

13.7.3. das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal no Rio de Janeiro, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Elabore a minuta do presente Contrato, conforme Lei nº 14.133/2021 e modelo AGU, por força de Portaria anexa ao processo.

BRUNO GOMES DE CARVALHO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 17:16:52.

ESCOLA NAVAL

Ata de Registro de Preços 21/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
21/2026	762400-ESCOLA NAVAL	BRUNO GOMES DE CARVALHO	04/05/2026 18:37 (v 0.4)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		63099.001943 /2026- 75

1. DO OBJETO



Processo Administrativo nº 63099.001943/2026-75

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

A Escola Naval, com sede na Avenida Almirante Sylvio de Noronha, s/nº, Castelo, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.021-010, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.502/0099-58, neste ato representada pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº [XX], de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador(a) da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 14/2026, para REGISTRO DE PREÇOS, publicada no PNCP em [dia]/[mês]/2026, Processo Administrativo nº 63099.001943 /2026-75, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação nº 14/2026, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de serviços comuns de lavanderia, incluindo transporte, pesagem, lavagem, calandragem, higienização, secagem, alvejamento, passar, embalagem e entrega de uniformes, roupas de cama, mesa e banho não hospitalar, especificado no item 1 do Termo de Referência nº 20/2026, anexo do Edital de Licitação nº 14/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta cujo preço foi registrado, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item , fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será a Escola Naval que gerenciará a ata de registro de preços.
- 3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

- 4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes, nos termos do art. 32, §3º, do Decreto nº 11.462, de 2023.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021, e do art. 22 do Decreto nº 11.462, de 2023.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado, desde que atendidos os requisitos previstos no Parecer Referencial nº 00004/2025/DISEMEX/SCGP/CGU/AGU, com previsão expressa no Edital nº 14/2026 e na presente Ata, tendo o tema sido tratado na fase de planejamento da contratação, e a prorrogação celebrada por termo aditivo dentro do prazo de vigência.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com o fornecedor registrado na ata será formalizada pela Escola Naval por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas na Cláusula Nona desta Ata.

5.8. O preço registrado com indicação do licitante e fornecedor será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nas condições estabelecidas no Edital nº 14/2026, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes do cadastro de reserva aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. A repactuação poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos no Termo de Referência, observada a anualidade.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Não se aplica ao objeto deste processo pelas previsões expostas no Estudo Técnico Preliminar nº 33/2026, anexo ao Edital nº 14/2026.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e seus anexos.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência nº 20/2026, anexo ao Edital nº 14/2026.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2026.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

12. ANEXO

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Elabore a minuta da presente ARP, conforme Lei nº 14.133/2021 e modelo AGU, por força de Portaria anexa ao processo.

BRUNO GOMES DE CARVALHO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 18:37:04.

TIMBRE OU LOGOTIPO DA PROPONENTE / CNPJ

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Preencher integralmente por processo mecânico ou eletrônico, sem emendas e rasuras; conter os preços em algarismos e por extenso, já incluídos todos os custos diretos e indiretos, transporte e entrega no local indicado pelo órgão/entidade contratante, seguros, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras não mencionadas; ser datada e assinada por representante legal da empresa.

DADOS DO PROPONENTE	
Nome:	
Endereço:	
Telefone:	E-mail:
Elemento de Contato:	

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTD	VL.UNIT	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
4					

Valor Total da Proposta (por extenso):

VALIDADE DA PROPOSTA
60 (sessenta) dias.

LOCAIS DE ENTREGA DO MATERIAL
ESCOLA NAVAL (EN) – Av. Almirante Sylvio de Noronha s/nº, Ilha de Villegagnon, Castelo, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20021-010.

DADOS BANCÁRIOS
Banco: Abc / xxx
Agência: (Número)
Conta Corrente: (Número)

Declaramos inteira submissão a presente proposta e legislação vigente.

Local, Rio de Janeiro, em, de de 2025.

Assinatura representante legal da Empresa

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS																	
Com base no Capítulo V Art. 59 Inciso III e IV da Lei 14.133/2021 e IN SEGES/ME n.º 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022 em seu capítulo VIII Art. 34 que versão sobre Exequibilidade esta administração apresenta um modelo de planilha de custos e formação de preços que pode ser utilizado (caso solicitado) como referência para a elaboração da sua planilha ato este em caso de ocorrência a ferimento dos termos da lei supracitados.																	
EMPRESA:				ENDEREÇO:			CNPJ:										DATA:
				CUSTO DE AQUISIÇÃO / PRODUÇÃO UNITÁRIO - EM R\$ (A)			IMPOSTOS E TAXAS - EM R\$ (B)							CUSTO DE CARGA E DESCARGA - EM R\$ (C)	OUTROS CUSTOS - EM R\$ (D)	MARGEM DE LUCRO - EM R\$ (E)	CUSTO TOTAL DO ITEM (A+B+C+D+E = VALOR OFERTADO)
ITEM	DESCRIÇÃO	UF	QTD	MATÉRIA PRIMA	CUSTO OPERACIONAL	CUSTO DO PRODUTO	SIMPLES NACIONAL	ICMS	PIS	COFINS	CSLL	IR	OUTROS	FRETE	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	LUCRO	
1				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
6				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
9				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
10				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
11				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Assinatura do Representante



MARINHA DO BRASIL

ESCOLA NAVAL

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

1. DEFINIÇÃO

1.1. Este documento apresenta os critérios de medição de resultado, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

1.2. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente a execução do objeto por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Edital, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada:

1.2.1. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

1.2.2. Deixar de utilizar materiais, equipamentos e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

1.2.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

1.3. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

1.4. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

1.4.1 O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada;

1.5. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal- técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

1.6. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis

mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

1.7. É vedada a atribuição à contratada avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada de que trata o item 1.4;

1.8. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços; e

1.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

2. DOS INDICADORES, DAS METAS E DOS MECANISMOS DE CÁLCULO

2.1. A prestação do serviço, objeto do presente pregão eletrônico terá como um dos métodos avaliativos da qualidade da prestação do serviço, o sugerido neste acordo de níveis de serviços, com a finalidade de manter os padrões de excelência na prestação do serviço.

2.2. O explorado na tabela abaixo apresentada, poderá ser discutido e modificado, desde que em comum acordo entre o licitante vencedor, o fiscal de contrato e o ordenador de despesas da Escola Naval.

2.3. O índice de ocorrências sugerido poderá ser verificado de acordo com os seguintes tópicos:

INDICADORES	
PROPORCIONALIDADE AO ATINGIMENTO DE METAS ESTABELECIDAS – SERVIÇO	
ITEM	DESCRIÇÃO DOS EVENTOS
Finalidade	Garantir o cumprimento da execução do serviço dentro dos respectivos prazos de execução e padrões pretendidos.
Meta a cumprir	- 100% dos serviços executados, nas condições previstas no Edital, Termo de Referência e demais anexos que compõem o processo.
Instrumento de medição	Relatório, planilhas e/ou outro instrumento adotado pelo fiscal/gestor do contrato.
Forma de acompanhamento	- Ao final de cada etapa, mediante a apresentação da nota fiscal, ou documento equivalente, por parte da contratada. - Ainda, a fiscalização do contrato, poderá a critério deste, acompanhar diariamente, semanalmente ou mensalmente o cumprimento das atividades da execução dos serviços, conforme perspectiva da administração e posterior lançamento do resultado na planilha de controle ou outro

	instrumento que julgar pertinente.
Periodicidade	Por chamado, semanal, com aferição mensal do resultado.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência. Cada serviço não realizado conforme programação corresponde a uma ocorrência.
Início da Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de ajuste no Pagamento	Sem ocorrências = 10 pontos 1 a 3 ocorrências = 5 pontos 4 a 6 ocorrências = 2 pontos 7 a 9 ocorrências = 1 ponto 10 ocorrências ou mais = 0 pontos
Sanção	- Poderão, observadas premissas editalícias, ensejar rescisão contratual, a exclusivo critério da contratante, as seguintes situações, sem prejuízo dos ajustes de pagamentos: A) existência de 10(dez) ou mais ocorrências em um único mês.

TABELA I – FATORES DE AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO a critério do fiscal/gestor do contrato		
ITEM	DESCRIÇÃO DO EVENTO	Nº DE OCORRÊNCIAS
1	Executar serviços fora dos padrões contratados e não corrigi-los no prazo determinado pela fiscalização.	
2	Utilização de produto/material inadequados e/ou quantidade inferior ao necessário para a execução do serviço.	
3	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização ou abandoná-lo, sem motivo justificado ou determinação formal. (Por serviço não executado ou abandonado).	
4	Danos físicos a qualquer material	
5	Deixar de cumprir os prazos estabelecidos de execução dos serviços objeto do contrato.	
6	Manter profissional sem qualificação para executar os serviços contratados ou entrega.	
7	Deixar de atender as notificações da contratante no prazo estabelecido.	
8	Deixar de manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas no certame licitatório.	
9	Deixar de fornecer qualquer documentação ou informação exigida pela fiscalização no prazo	

	estabelecido.	
--	---------------	--

Obs: A medição poderá ser executada, a critério da fiscalização, conforme julgar necessário.

TABELA II – AJUSTES NO PAGAMENTO (SUGERIDO)

VALOR MEDIDO MENSAL (PREVISTO)			R\$
PERÍODO MEDIDO (<i>mensal ou a critério da fiscalização</i>)			
Faixa de Pontuação	FAIXA IMR	PERCENTUAL DE ATINGIMENTO DA META (%)	VALOR MEDIDO
De 90 a 100 pontos	1,00	100% do valor previsto	
De 80 a 89 pontos	0,97	97% do valor previsto	
De 70 a 79 pontos	0,95	95% do valor previsto	
De 60 a 69 pontos	0,93	93% do valor previsto	
De 50 a 59 pontos	0,90	93% do valor previsto	
Abaixo de 50 pontos	0,90	90% do valor previsto mais multa	

Rio de Janeiro, RJ, em ____ de _____ de _____.

FISCAL DO CONTRATO

Representante legal da Contratada